



desenvolvimento

ANO 19- EDIÇÃO Nº 426 - PATROCÍNIO - MG, 12 de ABRIL 2018

ATAS DE REUNIÕES

ATA DA 6ª (SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia vinte de março de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e cinco minutos. A mensagem bíblica foi substituída pela oração do Pai Nosso. Foi executado o Hino Nacional. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto Silva (Carlão); Florivaldo José de Souza (Valinho); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neusa Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Foram justificadas as ausências do Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia e da Sra. Ver.ª Raquel Aparecida Rezende Moraes. Não houve leitura de correspondências. A Ata da 5ª (Quinta) Reunião Ordinária da 2ª (Segunda) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu, como Líder do Governo, o encaminhamento às Comissões para emissão dos devidos pareceres dos Processos de Lei: nº 146/2018 (PL 12/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de assessoramento: conselho central de patrocínio SSVF, ACEI – Associação dos Centros Educacionais Infantis de Patrocínio e APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Patrocínio” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); nº 147/2018 (PL 13/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento ao idoso: APEJ – Associação Patrocínense Eterna Juventude 3ª Idade E Centro Comunitário Padre Damião – Objetivando O Atendimento Na Área Social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); nº 148/2018 (PL 14/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento à dependentes químicos: sociedade de apoio e recuperação de dependentes químicos – AMARAVIDA e Comunidade Terapêutica Cristo Redentor – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); nº 149/2018 (PL 15/2018), que dispõe

sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de benefício socioassistenciais: Associação Beneficente Reverendo Saulo de Castro Ferreira – ABESCAF, União Fraterna Ensinaamentos de Jesus, ACCAMP – Associação de Combate ao Câncer no Alto e Médio Paranaíba, Projeto de Ação Social – PAS, Clube das Acácias Luz e Humanidade, AVP – Associação de Voluntárias de Patrocínio e HJ VIVER – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); nº 150/2018 (PL 16/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento direto à criança e adolescente: Fundação Padre Eustáquio “Casa da Menina”, Lar da Criança de Patrocínio, Obras Sociais São José – OSSJ – projeto CRE-SER, Patronato Berlaar Coronel João Cândido, União Espírita Cristã “Hilton Gonçalves Dias” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); nº 151/2018 (PL 17/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades CIAAP – Centro de Integração e Apoio ao Adolescente de Patrocínio, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Casa do Idoso Recanto São Vicente – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: Processo de Lei nº 144/2018 (PL 10/2018), que altera a Lei nº 4.726/2014, que modifica parcialmente as Leis nº 3.701/2003 e Lei nº 3.751/2004, que autoriza o Poder Executivo conceder direito real de uso de imóvel de propriedade do Município e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processo de Lei nº 145/2018 (PL 11/2018), que autoriza relocação com remanejamento de área verde nos setores que especifica e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processos de Lei nº 146/2018 (PL 12/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de assessoramento: conselho central de patrocínio SSVF, ACEI – Associação dos Centros Educacionais Infantis de Patrocínio e APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Patrocínio” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processos de Lei nº 147/2018 (PL 13/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento ao idoso: APEJ – Associação

Patrocínense Eterna Juventude 3ª Idade E Centro Comunitário Padre Damião – Objetivando O Atendimento Na Área Social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processos de Lei nº 148/2018 (PL 14/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento à dependentes químicos: sociedade de apoio e recuperação de dependentes químicos – AMARAVIDA e Comunidade Terapêutica Cristo Redentor – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processos de Lei nº 149/2018 (PL 15/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de benefício socioassistenciais: Associação Beneficente Reverendo Saulo de Castro Ferreira – ABESCAF, União Fraterna Ensinaamentos de Jesus, ACCAMP – Associação de Combate ao Câncer no Alto e Médio Paranaíba, Projeto de Ação Social – PAS, Clube das Acácias Luz e Humanidade, AVP – Associação de Voluntárias de Patrocínio e HJ VIVER – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processos de Lei nº 150/2018 (PL 16/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento direto à criança e adolescente: Fundação Padre Eustáquio “Casa da Menina”, Lar da Criança de Patrocínio, Obras Sociais São José – OSSJ – projeto CRE-SER, Patronato Berlaar Coronel João Cândido, União Espírita Cristã “Hilton Gonçalves Dias” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processos de Lei nº 151/2018 (PL 17/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades CIAAP – Centro de Integração e Apoio ao Adolescente de Patrocínio, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Casa do Idoso Recanto São Vicente – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL.** Processo de Decreto Legislativo nº 52/2017, que Concede Título de Cidadã Honorária a Sra. Maria Fernanda Vieira Aguiar (autora: Vereadora Marcilene Jacinto). Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 53/2017, que Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Olson Pemberton Jr. (autor: Ver. Pastor Alaércio). Processo APROVADO por unanimidade. **1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Processo de Lei nº 141/2018 (PL 09/2018), que concede cesta básica (cartões) ao

funcionalismo público municipal e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 143/2018 (PL 07/2018), que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (estrada de acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 54/2017, que Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Hilton Márcio da Silva. (autor: Ver. Prof. Alexandre Vitor. C. Cruz). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente convocou a 3ª (Terceira) Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa - Legislatura 2017/2020, para a 1ª Discussão e Votação Única dos seguintes processos: Processos de Lei nº 146/2018 (PL 12/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de assessoramento: conselho central de patrocínio SSV, ACEI – Associação dos Centros Educacionais Infantis de Patrocínio e APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Patrocínio” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processos de Lei nº 147/2018 (PL 13/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento ao idoso: APEJ – Associação Patrocínense Eterna Juventude 3ª Idade E Centro Comunitário Padre Damião – Objetivando O Atendimento Na Área Social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processos de Lei nº 148/2018 (PL 14/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento à dependentes químicos: sociedade de apoio e recuperação de dependentes químicos – AMARAVIDA e Comunidade Terapêutica Cristo Redentor – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processos de Lei nº 149/2018 (PL 15/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de benefício socioassistenciais: Associação Beneficente Reverendo Saulo de Castro Ferreira – ABESCAF, União Fraterna Ensinos de Jesus, ACCAMP – Associação de Combate ao Câncer no Alto e Médio Paranaíba, Projeto de Ação Social – PAS, Clube das Acácias Luz e Humanidade, AVP – Associação de Voluntárias de Patrocínio e HJ VIVER – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processos de Lei nº 150/2018 (PL 16/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento direto à criança e adolescente: Fundação Padre Eustáquio “Casa da Menina”, Lar da Criança de Patrocínio, Obras Sociais São José – OSSJ – projeto CRE-SER, Patronato Berlaar Coronel João Cândido, União Espírita Cristã “Hilton Gonçalves Dias” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processos de Lei nº 151/2018 (PL 17/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades CIAAP – Centro de Integração e Apoio ao Adolescente de Patrocínio, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Casa do Idoso Recanto São Vicente – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Foi APROVADA a votação nominal em bloco dos seguintes vetos: Veto à Proposição de Lei nº 97/2017, que Institui o Plano Plurianual de Investimentos do

Município de Patrocínio para o quadriênio 2018-2021 e dá outras providências. Foram FAVORÁVEIS ao veto os(as) vereadores(as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto Silva (Carlão); Florisvaldo José de Souza (Valtinho); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Veto à Proposição de Lei nº 98/2017, que Estabelece Proposta Orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do Município de Patrocínio para o exercício de 2018. Foram FAVORÁVEIS ao veto os(as) vereadores(as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto Silva (Carlão); Florisvaldo José de Souza (Valtinho); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Foi APROVADA a votação em bloco das seguintes INDICAÇÕES, que foram APROVADAS por unanimidade: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 580/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando que seja avaliada a possibilidade de se adotar medidas visando o credenciamento de uma clínica especializada no tratamento involuntário de dependentes químicos no município de Patrocínio; e nº 586/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a adesão e implementação do Programa do Governo Federal Internet Para Todos. De autoria da Sra. Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz: nº 581/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Sr. Secretário de Meio Ambiente solicitando a realização de um Programa de Reflorestamento de rios e nascentes; nº 582/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal socitando junto à empresa VLI Operações Portuárias S.A a instalação de cancelas automáticas nos cruzamentos com linhas férreas em todo o perímetro urbano; nº 583/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e aos Srs. Secretários de Urbanismo, Meio Ambiente e Agricultura solicitando a elaboração em conjunto um projeto de arborização na cidade de Patrocínio; e nº 584/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Sr. Superintendente do DAEPa solicitando a manutenção e limpeza da caixa d'água do bairro Nações. De autoria da Sra. Ver.ª Adriana Fátima de Paula Magalhães: nº 585/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando um estudo do trânsito nas mediações da Escola Estadual Omir Amaral entre a Av. Argentina com a Rua República do Líbano. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 143/2018, ao Sr. Alex Guimarães Machado pelos 10 (dez) anos de fundação da Folha de Patrocínio, jornal que promove a cultura, entretenimento e informação; nº 144/2018, ao advogado patrocínense Otacílio Ferraz que teve sua tese de doutorado sobre a Morosidade da Justiça e o Processo Civil Brasileiro aprovada com distinção e louvor na Universidade Museo Social Argentino em Buenos Aires, Argentina; nº 145/2018, ao PROCEVE - Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e a Violência Escolar pelo trabalho de excelência desenvolvido nas escolas do Município de Patrocínio; nº 146/2018, ao Sr. Mário César Guimarães da Silva, atleta profissional do Clube Atlético Patrocínense, pelo talento e importância no cenário Esportivo local. O Sr. Presidente agradeceu a todos pela votação favorável da Indicação nº 580/2018, dizendo que os pais do dependente químico buscaram, no último suspiro, ajuda para a internação do filho e que espera que a adesão seja realizada de forma rápida; disse também que aguarda por parte do Executivo o encaminhamento de um projeto de isenção do ISS e do

ICMS para que os custos do Programa Internet Para Todos sejam diminuídos; agradeceu o atendimento de suas solicitações junto ao Prefeito Municipal e aos Secretários, após ter dito anteriormente que as mesmas estavam sem respostas, e também a aprovação das Moções de Aplausos de sua autoria em reconhecimento aos agraciados. Foi APROVADO, por unanimidade, o REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº 12/2018 sobre a arrecadação e as despesas da Secretaria de Trânsito e Transportes com a aplicação das Multas de Trânsito, de autoria dos Srs. Vers. José de Arimatéia Neves e Paulo Robertos dos Santos (Panxita). O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse ser justo que as pessoas saibam sobre como estão sendo utilizados os valores arrecadados com as multas de trânsito exorbitantes; que muitos estão com pontos "estourados" na CNH por causa destas multas aplicadas sem critério; que foi dado muito poder aos agentes; que é preciso haver uma prestação de contas; que gostaria de compreender o porquê da sinalização das ruas, onde é impossível estacionar os carros nas medidas impostas; e que as vagas têm um espaçamento muito pequeno. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que o papel do vereador é buscar a transparência nas informações a fim de que estas sejam repassadas à população; que o Secretário de Trânsito fez um excelente trabalho em relação à sinalização horizontal das ruas, vez que a cidade nunca esteve tão bem sinalizada, apesar do "porém" levantado pelo vereador Panxita; que é preciso ser feita também a sinalização com o nome das ruas; que a questão das multas já virou "caso de polícia"; que estão multando por 24 (vinte e quatro) horas; que a cidade não contém estacionamentos suficientes, e que está havendo muita intangibilidade na aplicação das multas; que todos merecer saber para onde o dinheiro está indo; e que o estacionamento rotativo preciso ser replantado. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que o vereador José de Arimatéia estava confundindo os assuntos e misturando temas diversos; que a sinalização está sendo feita conforme as regras do Código de Trânsito Brasileiro; que a JARI é a responsável pelo jultamento das multas de trânsito; que não há o que ser feito pelos vereadores; que os recursos arrecadados pela Secretaria de Trânsito podem ser utilizados na sinalização, bem como no pagamento dos serviços de fiscalização realizados; que a lei e as placas precisam ser respeitadas; que cada um é responsável pelos seus atos e que não há nada que os vereadores possam fazer quanto à aplicação das multas quando a sinalização e as regras de trânsito não são respeitadas; e que os agente de trânsitos se acaso não fiscalizarem adequadamente poderão ser penalizados. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que a lei de trânsito é antiga, porém a "indústria das multas" é nova; que com o estacionamento rotativo as multas talvez não existissem em demasia; e que não é favorável ao ilícito no trânsito, mas que estão havendo abusos; e que é favorável à Zona Azul. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos disse que é inexplicável o fato de um médico ser multado por ter estacionado no estacionamento existente dentro do hospital da Santa Casa; que se o agente de trânsito é penalizado quando não aplica a multa é porque tem metas a cumprir; que foi montada em Patrocínio uma "multinacional" de multas; que são 15 (quinze) agentes nas ruas aplicando várias multas em relação a uma só pessoa e estão sempre certos (argumentou); e que os agentes de trânsito têm muito poder e estão fazendo o que querem. O Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho) agradeceu ao Prefeito e aos Secretário pelo atendimento de suas solicitações; e parabenizou o Secretário e o Subsecretário de Trânsito pela sinalização das ruas e sugeriu que os mesmos fossem convidados a vir a esta Casa de Leis se utilizar do Grande Expediente a fim de

esclarecerem as dúvidas referentes às multas, aos agentes, à sinalização, dentre outras. Foi APROVADO, por unanimidade, o encaminhamento de Carta Convite aos Secretário e Subsecretário de Trânsito para fazerem uso do Grande Expediente. GRANDE EXPEDIENTE. O Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz agradeceu o apoio do Deputado Eli, bem como da ex-vereadora Greyce Elias que conseguiu R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o Hospital do Câncer; disse sobre o carinho que tem pela Greyce, comentando que ela tem grande potencial para ser eleita Deputada Federal; que pessoas jovens na política são necessárias; que a morte quando ocorre nos confrontos é diferente de como vem acontecendo hoje; que é preciso verificar o que deve ser feito em prol das minorias; que não há o que relativar na morte da vereadora do Rio de Janeiro, vez que tratou-se de uma execução de alguém que lutava pelas minorias sem medo de agir ou argumentar; que nesta era cibernética antes de replicarmos uma informação é preciso pesquisarmos a fonte da mesma; que notícias falsas vêm tendo mais ibope do que as verdadeiras; que espera que o projeto referente ao Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Educação, bem como ao Plano de Cultura, volte a esta Casa de Leis; e que se coloca à disposição para esclarecimentos antes que pré-julgamentos sejam feitos. O Sr. Presidente elogiou as palavras e as atitudes do Prof. Alexandre, que busca fazer da política algo que possa melhorar a vida das pessoas; disse que vê no vereador uma pessoa autêntica que tem coragem de expor o que o povo quer ouvir; e que o Prof. tem vários compromissos se dedicando à vida pública com generosidade em busca do bem comum. O Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho disse que aguardou por um tempo antes de fazer uso do Grande Expediente a fim de poder verificar o que de fato o "grupo" tem feito, dentro do que foi proposto, para o município; que fez uma análise de seu trabalho e percebeu que tem agido errado, vez que não pode se furtar à responsabilidade pela qual foi eleito; que é preciso dizer a todos que suas solicitações junto ao Executivo, embora realizadas desde o início do ano de 2017, não tinham sido atendidas; que após o uso do Grande Expediente por parte do Sr. Presidente na última reunião algumas delas vêm sendo atendidas e concluídas; que percebeu que foi eleito realmente para ser a "voz" do cidadão; que fazer pedidos amistosos sem posteriormente manifestar indignação quanto ao que não acontece, não tem resultados; que o Sr. Presidente merece parabéns por ter tido coragem de fazer cobranças à Administração que apoiou; que de agora em diante se posicionará, não com o intuito de denegrir a Administração, mas no sentido de criticar construtivamente; que é preciso haver a recuperação do asfalto do Distrito de São João da Serra Negra; que é preciso reconhecer que as comunidades rurais são importantes para o município de Patrocínio; que busca constantemente pelos responsáveis pela Secretaria de Obras e nada acontece; e que a partir de hoje trará publicamente todos os pedidos não atendidos pelos Secretários e solicitará a intervenção da Líder do Governo, a vereadora Neusa Mendes. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que não compreende o fato da Administração ter saldado as dívidas e o DAEPa estar com superávit quando a população não é atendida; que se o dinheiro está sobrando há várias reivindicações para serem atendidas; e que a água do Distrito de São João da Serra Negra é impossível de ser consumida. O Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho disse que no ano de 2017 sua família doou para o Município 1 (um) hectare de terra para que fosse construída a Estação de Tratamento de Água - ETA no Distrito de São João; que há cerca de 5 (cinco) meses o Município conseguiu um terreno mais amplo situado numa área mais alta onde a água teria

uma queda natural, sem despesas como o consumo de energia; que já foi apresentado o projeto técnico em relação a esta construção; que também já há previsão no orçamento do Município a construção desta nova adutora de água com a estação de tratamento; que o novo terreno já é de propriedade do DAEPa; que o início da obra está previsto para o mês de julho; e que o projeto será apresentado à população ainda este mês. O Sr. Presidente disse que a partir de agora contribuirá com o Executivo encaminhando semanalmente as solicitações feitas pelos vereadores; e que todas as reivindicações serão documentadas. O Sr. Ver. Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) disse que até o momento não obteve resposta por parte do Secretário quanto à solicitação de liberação do campo de futebol de São João por 3 (três) dias na semana. O Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho disse que a resposta definitiva não foi dada ainda ao vereador vez que o campo está sendo reformado. A Sra. Ver.^a Neusa Mendes disse que a população realmente tem reclamado sobre o número elevado das multas de trânsito; que se a notificação é injusta cabe recurso, porém é preciso reconhecermos quando estamos errados; que o agente precisa ser justo, vez que se a pessoa estiver errada a multa precisa ser aplicada; que trata-se de uma segurança para os condutores e transeuntes; que em relação às solicitações junto ao Secretariado foi feita uma relação numa sequência de prioridades; que é primordial que os pedidos sejam feitos por escrito; que os assessores dos próprios vereadores são capazes de oficiar o Executivo no sentido de formalizar as solicitações apresentadas junto aos gabinetes; que tem acompanhado o trabalho da Administração; que a parceria é importante para a concretização dos pedidos; e agradeceu o atendimento de suas solicitações beneficiando a comunidade de Silvano e Mata do Silvano. A Sra. Ver.^a Marilene Jacinto Queiroz teceu comentários acerca da necessidade dita anteriormente de se encontrar uma solução para a questão das entidades, bem como do enquadramento das mesmas; que a aprovação do projeto de lei que autorizará a dispensa do chamamento público resolverá o problema do repasse às mesmas; que anualmente haverá reajuste no valor das subvenções; agradeceu a presteza do Prefeito e do Secretário de Ação Social; e disse que constantemente são feitas críticas, muitas vezes constrangedoras, em relação ao trabalho dos vereadores, que lutam por suas causas, e que é preciso avaliar o que separa a Democracia do desrespeito às pessoas quando do exercício do direito à liberdade de expressão. O Sr. Ver. Roberto Margari comentou sobre orientação por parte dos agentes em relação à nova sinalização; que vários locais onde o trânsito é mais forte demandam sinalização em virtude da alta velocidade dos carros; e que fez solicitações apontando os locais mencionados. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos disse que ainda nesta semana estaria reunido em Brasília com o Ministro da Saúde numa busca por mais recursos para Patrocínio; e que ainda não foi repassado o valor referente à creche de São João por ainda faltar o cadastramento devido. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em 20 de março de dois mil e dezoito.

Edna Maria de Lima Silva

ATA DA 7ª (SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e cinco minutos. Foi executado o Hino

Nacional. A mensagem bíblica foi lida pela Sra. Ver.^a Adriana Fátima de Paula Magalhães. Foram convidados a fazerem parte da Mesa o Secretário Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, o Sr. Alcides Dornelas dos Santos, e a Sra. Flávia Silva. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Pastor Alaércio Rodrigues Luzia; Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto Silva (Carlão); Florisvaldo José de Souza (Valtinho); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; Marilene Jacinto Queiroz; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza; Raquel Aparecida Rezende Morais e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Foram justificadas as ausências da Sra. Ver.^a Neusa Mendes e do Sr. Ver. José Roberto dos Santos (Salitre). Não houve leitura de correspondências. As Atas das 6ª (Quinta) Reunião Ordinária e da 3ª Reunião Extraordinária da 2ª (Segunda) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foram aprovadas por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: Processo de Lei nº 152/2018, que obriga os estabelecimentos públicos e privados no Município a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências. (autores: Vereadores Thiago Malagoli e Prof. Alexandre V. Castro da Cruz); Processo de Lei nº 153/2018 (PL 18/2018), que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenções e firmar convênio com as entidades de representação da população rural, em especial da agricultura familiar e trabalhadores rurais e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 154/2018, que institui no calendário municipal de eventos a semana de combate à pedofilia, e dá outras providências (autor: Vereador Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 155/2018, que Denomina de Fábio de Oliveira Campos – Macalé – a praça da saúde localizada na rotatória de acesso ao bairro cruzeiro da Serra (autor: Vereador Thiago Malagoli); Processo de Decreto Legislativo nº 55/2017, que Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Henrique Ferreira Franco Murta. (autor: Ver. José Roberto dos Santos). **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL.** Processo de Lei nº 141/2018 (PL 09/2018), que concede cesta básica (cartões) ao funcionalismo público municipal e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 54/2017, que Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Hilton Márcio da Silva. (autor: Ver. Prof. Alexandre Vitor. C. Cruz). Processo APROVADO por unanimidade. 1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processo de Lei nº 144/2018 (PL 10/2018), que altera a lei nº 4.726/2014 que modifica parcialmente as leis nº 3.701/2003 e lei nº 3.751/2004, que autoriza o Poder Executivo conceder direito real de uso de imóvel de propriedade do Município e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 145/2018 (PL 11/2018), que autoriza relocação com remanejamento de área verde nos setores que especifica e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. O Sr. Ver. Rogério Moreira Nelis solicitou que a área verde do bairro Manoel Nunes fosse realocada; que a iniciativa precisa ser do Executivo; que as famílias de lá estão vivendo em condições precárias. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA.** Foram APROVADAS, em bloco e por unanimidade, as seguintes INDICAÇÕES: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 587/2018, que

solicita ao Exmo. Sr. Prefeito intercessão junto ao vencedor da licitação que realizará a FENACAFÉ no sentido de ceder gratuitamente à Imprensa os estandes; e nº 588/2018, que solicita ao Exmo. Sr. Prefeito intercessão junto à Secretaria de Obras a fim de que seja retomada a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Jardim Sul. De autoria do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho): nº 589/2018, que solicita ao Exmo. Sr. Prefeito providências junto à Empresa VIVO para que seja instalada uma torre de transmissão de telefonia móvel na Comunidade de Moreiras. De autoria dos Srs. Vers. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia e Florisvaldo José de Souza (Valtinho) e da Sra. Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz: nº 590/2018, que solicita ao Deputado Federal Marcelo Aro uma Emenda Parlamentar beneficiando a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio. De autoria do Sr. Ver. Roberto Margari: nº 591/2018, que solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a perfuração de um poço artesianos no Povoado do Córrego da Mata, nas proximidades da Igreja Nova Vida em Cristo; nº 592/2018, que solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a sinalização na Av. do Bálsamos, nas proximidades do Supermercado do Bernardão. Foram APROVADAS, em bloco e por unanimidade, as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 147/2018, à Associação de Pais e Voluntários dos Autistas de Patrocínio - TEAcolher pelo marco de conscientização social em nosso município e região. De autoria do Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita): nº 148/2018, ao Sr. Ricardo Antoni Rodrigues (prejudicada). De autoria do Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz: nº 149/2018, ao Grupo Independente "Empodera as Minas"; e nº 150/2018, à professora Inez Aparecida Simões. O Sr. Presidente agradeceu a presença do Chefe de Gabinete da Executivo pela presença a fim de estar atento às solicitações desta Casa de Leis; e solicitou apoio à Imprensa no evento da FENACAFÉ. Foi APROVADO por 9 (nove) votos favoráveis e 2 (dois) contrários o REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº 13/2018, de autoria do Sr. Ver. José de Arimatéia Neves, para que sejam prestadas informações sobre a licitação referente ao Mercado Municipal. GRANDE EXPEDIENTE. A Sra. Flávia Silva agradeceu a presença de todos e disse que sua intenção é tentar ajudar a cidade em relação à violência; que as pessoas vão à rua com medo de assaltos; que trouxe projetos simples e de investimento pequeno, porém que precisam da junção dos Poderes Municipal e Estadual; que um deles se refere à qualificação do menor aprendiz com cursos diferenciados que possam trazer renda aos jovens; que a juventude de hoje tem a opção da escola e da rua; que os cursos devem se direcionar a todos os bairros, inclusive o centro; que podem ser cursos como panificação, artesanato, mecânica, auxiliar de escritório, auxiliar de farmácia, auxiliar de cozinha, teatro; que as empresas da cidade poderiam colaborar com um custo zero; que os produtos criados nos cursos poderiam ser expostos nas barrquinhas das festas realizadas no município; que é importante inserir o jovem no mercado de trabalho com vistas a um retorno financeiro que ajudará na sobrevivência da família; que os produtos poderiam ser vendidos em um novo espaço que poderia se chamar "Feira Jovem" e também serem divulgados nas cidades da região; que o evento poderia acontecer na Praça da Matriz ou qualquer outro local do município; que trata-se de um incentivo ao jovem; que há um projeto de capoeira que atende bairros carentes da cidade, onde são arrecadados produtos para famílias carentes; que o projeto mencionado atende crianças, adolescentes e adultos; que os professores acompanham a vida dos alunos; que é um exemplo que merece investimento, vez

que não tem nenhum apoio financeiro ou mesmo de divulgação; que existe também o projeto da Congada, que faz parte da cultura nacional; que em Patrocínio a Congada não é divulgada; que as pessoas não podem sair de casa à pé durante a noite por correrem o risco de serem assaltados; que todos se já não foram vítimas da criminalidade aqui em Patrocínio conhecem alguém que foi; que fechar o comércio à meia-noite não é a solução; que há também a Folia de Reis, que pode inserir o jovem na nossa tradição; que esses projetos não têm custo, faltando apenas boa vontade; que há a Oficina de Teatro; que poderia ser feito um jornal a se mostrar a realidade dos jovens de cada bairro com o apoio dos comerciantes locais; que um blog seria interessante; que abrir-se-á um leque de oportunidades para os jovens; que poderia ser criado um cursinho preparatório para o vestibular, vez que um jovem de classe baixa nunca consegue entrar em uma universidade federal; que o cursinho poderá ter uma duração de 6 (seis) meses e poderia ser realizado no Colégio Olímpio dos Santos; que bastaria ver o interesse dos professores em dobrar a jornada; que seria preciso do acompanhamento de um psicólogo e assistente social, o que o município já possui; que tudo isso diminuirá a criminalidade e aumentará a qualidade de vida; que os jovens estão desperdiçados aguardando uma oportunidade; que também é necessário o incentivo ao esporte, porém disse não estar aqui para criticar ninguém; que o esporte traz benefícios para a saúde e incentiva a disciplina; que nos projetos seria necessário verificar a participação nas aulas, as notas e o bom comportamento; que a sociedade poderia auxiliar na arrecadação de fundos para esses projetos; que existem leis que incentivam a cultura com o abatimento no Imposto de Renda das empresas que contribuem financeiramente com programas sociais; que o Executivo Municipal pode se unir às empresas do município na busca da concretização desses projetos. O Sr. Ver. Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) disse que na grande maioria são jovens negros e pobres. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves parabenizou a Sra. Flávia; disse que esse é papel do verdadeiro cidadão; que observou que as empresas atendem a Lei do Menor Aprendiz por obrigação e não por mérito; que acredita que os projetos mencionados aqui não possuem os requisitos da Lei do Menor Aprendiz, embora sejam projetos sociais louváveis; que a Administração quando coloca em prática projetos como estes, faz com pouca responsabilidade; que a Sra. Flávia é um exemplo; e que não dá para depender das políticas públicas. A Sra. Flávia disse que projetos de panificação se inserem na Lei do Menor Aprendiz. O Sr. Ver. Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) parabenizou a atitude da Sra. Flávia; disse o quanto é difícil lutar pelas minorias, que na verdade são a maioria; que procurou a Secretaria de Cultura em relação ao projeto da capoeira e não obteve respostas; que é preciso incentivar a cultura popular brasileiras nas periferias; que a Secretária de Cultura precisa agir e ajudar a acabar com a criminalidade. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que foram ditas verdades pela Sra. Flávia; que Patrocínio tem muito que melhorar, principalmente na área do esporte; que a Secretaria de Esporte não é atuante, embora o Prefeito seja capaz; que está à disposição da Sra. Flávia. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia parabenizou a Sra. Flávia; disse que trabalhar na prevenção custa muito menos; que é empresário e sempre diz que é preciso incentivar o empregado; que o empresário precisa ter visão e abrir espaço para os jovens; que se coloca à disposição da Sra. Flávia. O Sr. Ver. Carlos Alberto Silva (Carlão) parabenizou a Sra. Flávia; disse que os projetos são excelentes; que a "bola" traz uma disciplina diferenciada de qualquer projeto; que no Projeto PROINDE havia mais de 1.500 (mil e quinhentos) alunos;

que a escolinha foi extinta porque as pessoas pensam somente na política; que faltam projetos bem elaborados; e se colocou à disposição. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz elogiou a Sra. Flávia; disse que no ano de 2016 quando ela trouxe a esta Casa a questão do cursinho foi feita uma indicação referente ao tempo ocioso no período noturno do Colégio Professor Olímpio; que as possibilidades trazidas pela Sra. Flávia existem e precisam ser amadurecidas; que nesta Casa não há competidores e sim pessoas que devem oferecer oportunidades para todos; que é preciso reativar o Conselho de Política Pública para a Igualdade Racial; que já foram feitos questionamentos do porquê deste Conselho ainda estar desativado; que agradecia ao Presidente por terem assinado juntos o projeto referente ao TEAcolher; e que "tirava o chapéu" para os pais que hoje se fortalecem na unidade; que ao se falar em minorias é preciso nos fortalecermos como esse país, que deram o exemplo maravilhoso de que com a união podem-se produzir bons frutos. O Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho) disse que a Sra. Flávia tem um potencial muito grande e que pode contribuir muito com o município nos projetos sociais; que pode ajuda-la junto ao Prefeito; e parabenizou a Associação de Pais e Voluntários dos Autistas, se colocando à disposição. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que os projetos referentes ao esporte foram extintos; que nos bairros havia pessoas simples que auxiliavam as crianças; que protocolou pela manhã um projeto referente ao Instituto Futura Geração; que é necessária uma documentação formal para que os projetos sejam realizados e beneficiados financeiramente; que quer trabalhar junto nos projetos hoje mencionados com vistas a retirar os jovens das mãos dos criminosos; que há pouco tempo conseguiu se qualificar no IFTM; e parabenizou a Sra. Flávia pelo trabalho apresentado. A Sra. Ver. Marcilene Jacinto Queiroz disse que conhece a vocação em servir da Sra. Flávia, sempre participativa em todas as áreas da nossa cidade; que tem a consciência que através das políticas públicas bem programadas e desenvolvidas na periferias podem acabar com a criminalidade, principalmente no que se refere à prevenção; que sabe também que os recursos são restritos, embora o Prefeito tenha agido com maestria; que é preciso considerar que questões legais ou algum tipo de perseguição podem interferir na concretização desses projetos; que muitas vezes as pessoas não manifestam interesse em relação a cursos já oferecidos na cidade; que a Secretaria de Cultura tem apresentado bons projetos; que é preciso se fazer um levantamento do que antes era feito pelas Secretarias e o que hoje é realizado; que há muitos projetos sociais oferecidos, embora sejam insuficientes; que a sociedade tem se voluntariado em vários projetos; que poucas empresas conseguem oferecer o incentivo fiscal; que várias limitações são enfrentadas quando da busca pela concretização de projetos sociais; que a atual Administração tem um cuidado especial com os projetos sociais. O Sr. Presidente colocou esta Casa de Leis à disposição da Sra. Flávia; disse que aqui é o lugar para se falar; que se o Estado leva à população a saúde e o esporte, bem com projetos sociais, não precisa levar o exército; que busca cobrar aqueles que estão no serviço público; que os vereadores têm a função de fiscalizar; que a palavra "servir" sugere ter um espírito forte e dedicado; que o serviço público é muito bem remunerado, logo os servidores deve contribuir com o povo; que o "poder" tem de ser devolvido para o povo; que até o STF tem escutado o povo, se transformando em um Supremo Popular; que é preciso estar atento ao compromisso com o povo; que os questionamentos dos vereadores são do povo; e parabenizou a todos pelas colocações bem formuladas. O Sr. Alex Guimarães Machado recebeu uma Moção de Aplausos pelo

reconhecimento dos 10 (dez) anos do Jornal Folha de Patrocínio. Foram convidados a comporem a Mesa o Major Nestor e o Agente de Trânsito Ricardo. O Sr. Secretário Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte Alcides Dornelas dos Santos disse que o município precisa de união e de se “despir” das vaidades; que a situação de todo o país é extremamente crítica, muitas das vezes por má gestão; que os municípios estão na mesma situação; que foi vereador em Patrocínio por 6 (seis) mandatos, tendo sido, inclusive, Presidente desta Casa; que hoje está na Secretaria de Segurança, Trânsito e Transporte; que trata-se de serviços públicos abrangentes como segurança, trânsito e transporte; que muitas vezes a sociedade “olha para o próprio umbigo”, sem pensar no futuro; que nesta Casa foram feitas algumas colocações, principalmente no que diz respeito à atuação dos agentes de trânsito; que fez questão da presença do Major Nestor por ser ele uma autoridade do trânsito no município e do agente Ricardo por eventuais questionamentos que possam ser realizados pelos vereadores; que tem e sempre teve respeito pelo Poder Legislativo; que concorda com o Sr. Presidente quando diz que a função dos vereadores é cobrar informações e atuação de quem de direito a bem da coletividade, mas que eventuais colocações devem ser feitas sem o intuito de denegrir alguém ou de falar sem conhecimento de causa; que ninguém tem a obrigação de ter todos os conhecimentos, porém é preciso buscar informações antes de abordar determinados assuntos; que as palavras após serem ditas podem vir a causar transtornos para as pessoas; que gostaria que lhe fossem feitos, primeiramente e principalmente pelos vereadores José de Arimatéia e Paulo Roberto, os questionamentos a fim de que possa esclarecer pontos específicos; e que ele e o agente Ricardo esclarecerão todas as dúvidas; que evidentemente não é o “dono da razão”, mas que não foge de sua responsabilidade. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que ter sido a pessoa mais citada naquele dia nas entrevistas de rádio; que foi chamado, inclusive, de mentiroso por algo que falou sobre o vereador Roberto Margari; que não falou mentira, vez que o vereador Margari foi infeliz ao dizer que os agentes são penalizados se não cumprirem metas; que está escrito na Ata e que basta ouvir a gravação do áudio da reunião; que foi chamado pelo Secretário Alcides de mentiroso em entrevista na Rádio Difusora e que deveriam lhe pedir desculpas, vez que não mentiu; que o Major Nestor, em entrevista na rádio Difusora, disse que a função do fiscal é orientar, dialogar e respeitar, mas que não o que tem sido visto nas ruas; que viu uma fiscal de trânsito humilhar um cidadão uberlandense na frente da Caixa Econômica Federal; que isso é um abuso; que conhece o agente Ricardo e estima o jeito dele de trabalhar nas ruas, mas que, infelizmente, nem todos são como ele; que estão questionando o poder que deram aos agentes de trânsito; que na entrevista o Major Nestor disse que é ele quem penaliza, mas que gostaria de saber com que direito ou ele penaliza ou como ele consegue saber quem está errado, se o fiscal ou o condutor do automóvel; que gostaria de saber com qual poder o Major Nestor diz que está certo ou errado; que é a palavra do agente contra a do condutor e que não há como dizer se a pessoa estava ou não usando o cinto, por exemplo; que ele não tem multas, embora tenha ocorrido a situação já explicada de uma estar em seu nome; que os fiscais têm muito poder de persuasão e estão multando quem querem da forma como querem; que viu no sábado, no momento da “caminhada”, na porta do Colégio Berlaar, onde havia mais de 1000 (mil) pais e filhos, 2 (duas) viaturas de trânsito dando voltas na praça procurando carros mal estacionados para multar ao invés de auxiliarem os pais

com suas crianças na faixa de pedestres ao final da aula; que realmente muitos “olham para o próprio umbigo” sem pensar no cidadão patrocínense; que anteriormente falou sobre o “toque de recolher”; que o Secretário Alcides tem um “jagunço” chamado Márcio que todos os dias às 16:00 horas pega um carro da SESTRAN, vai para a rua Secundino de Faria Tavares na porta da casa dele, pega um veículo de transporte escolar, junta meninos na rua, e às 18:00 horas pega novamente o carro da Secretaria de novo; que já presenciou isso e que trata-se de abuso de poder; que há muito o que ser censurado; que tem cidadão com 15 (quinze) ou 16 (dezesseis) multas; que conhece pessoas que estão vendendo seus carros para pagarem as multas; que muitos precisam de suas carteiras para trabalharem; que o problema está nos pontos perdidos na CNH, não no valor das multas; que o Major Nestor disse que pegou a Secretaria com R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) de dívidas, e isso se deve pelo fato de terem ficado 6 (seis) meses sem efetuarem multas; que a população está revoltada; que quem mencionou o termo “indústria de multas” foi o próprio Secretário em entrevista na rádio quando da vitória nas eleições enquanto falava da gestão anterior; que o servidor Roberto Corrêa comentou no facebook que estacionou em vaga de idoso, de forma errada, e não foi multado; que gostaria de saber do Major Nestor quais os critérios para aplicação das multas; que gostaria saber quem é o engenheiro de trânsito que reformulou todo o trânsito no município alterando-o constantemente e confundindo os motoristas; que gostaria de saber qual o valor referente à arrecadação com as multas ficará aplicado no município e com o que o dinheiro está sendo gasto; que na última reunião realmente falou sobre o Major Nestor; que é Patrocínense e ama sua “terra” de coração; que não se intimida com acusações; que assume o que diz; que não mistura política com mentiras; que não tem parente na Prefeitura; que a nora do Secretário ficou 14 (quatorze) meses nesta Casa e que recebeu até férias; que também a cunhada dele trabalha na Secretaria de Trânsito; que isso é “olhar para o próprio umbigo”; que não tem “rabo preso com ninguém” e que sua função é defender o cidadão patrocínense, que está se sentindo prejudicado; e que terá respostas para todos os questionamentos que lhe forem feitos. O Sr. Secretário Alcides Dornelas dos Santos questionou ao vereador Paulo Roberto há quantos anos ele lhe conhece, citando atos irregulares e abusivos por ele praticados e que o desabone, fora o fato de sua nora ter trabalhado no gabinete de um dos vereadores e de sua cunhada trabalhar na Secretaria, nos mais de 30 (trinta) anos ininterruptos de vida pública; que gostaria de saber do vereador Paulo Roberto se quando ele trabalhava na Secretaria de Segurança, durante salvo engano por 3 (três) anos, sabia o valor arrecadado à época e quanto era aplicado no município, bem como quais eram as ações do governo; que talvez o vereador tenha mais conhecimento do que ele; que o vereador ao chegar encontrou uma Secretaria montada e estruturada por ele; que quando retornou à Secretaria não a encontrou como deixou, muito pelo contrário; que conhece o vereador Paulo Roberto há anos e que sempre teve um bom relacionamento com sua família; que teve o prazer de ser vereador na mesma época que também o era o seu irmão Marcos Remis, um excelente e exemplar vereador independentemente de questões políticas; que quando seu irmão falava era com conhecimento de causa, vez que estudava antes. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que sobre vida pública do Secretário realmente o conhece há uns 30 (trinta) anos, mas que contato direto está tendo há pouco mais de 1 (um) ano; que muitas decepções surgiram; que o Secretário disse que os vereadores têm que fazer projetos e construir o

setor industrial; que o Secretário ficou nesta Casa por 6 (seis) mandatos, 24 (vinte e quatro) anos, e não construiu o setor mencionado; que em é vereador há apenas 1 (um) ano, não sendo suficiente para construí-lo; que em entrevista o Secretário falou sobre apoiar Deputado de fora lhe dando indiretas, mas que ele realmente apoiará quem também lhe apoiar; que o Secretário apoiou por muitas vezes o Deputado Durval Ângelo, logo pode estar seguindo seu próprio exemplo; que quanto à sua função na época da Secretaria o tentaram foi lhe colocar como um “zero à esquerda”; que trabalhava com o transporte escolar, nunca tendo acesso a dinheiro ou multas; que não tinha funcionários, pasta ou caneta (vez que não assinava nada); que tentaram lhe arrumar um cargo político; que ficou na Secretaria por 2 (dois) anos; que não tem nada a temer nem tem “rabo preso” com ninguém; que nunca teve acesso a multas ou documentos da Secretaria, que há havia sido deixada pelo Secretário há mais de 4 (quatro) anos, quando “bandeou” para o lado do Deiró; que sabe muito sobre a vida do Secretário, desde a época do Sr. Almor Ribeiro de Paiva; que esteve presente no final da vida do Sr. Almor; que ajudou a tirar os “sem terra” da fazenda dele; que o Sr. Almor acusou o Secretário de ter colocado aquele “exército” dentro da fazenda, embora não possa afirmar se isso foi verdade, vez que o Sr. Almor está morto; que se o Secretário quiser pode ler um pouco sobre a vida pública dele; que teve acesso a algumas coisas com o Sr. Almor, pessoa maravilhosa e um de nossos últimos coronéis; que hoje estão querendo volta à época dos coronéis com o fechamento dos bares às 23:00 horas; que não conseguiram acabar com a boemia, vez que as prostitutas, nuas e menores de idade, continuam nas ruas; que o Secretário conseguiu tirá-las de dentro de casa e coloca-las nas ruas; e que não acha isso certo. O Sr. Secretário Alcides Dornelas dos Santos disse que estava nesta Casa para falar especificamente sobre o trânsito no município; que no dia em que foi convidado para falar sobre a segurança virá com prazer; que não fugirá da responsabilidade; que as ações citadas pelo vereador Paulo Roberto não desabonam sua personalidade; que somente a questão sobre sua nora talvez o desabone, conforme dito pelo vereador; que quer saber sobre sua vida progressa, não sobre seus atos políticos ou quem apoiou; que se o debate for sobre questões políticas estará pronto para debater nesta Casa ou em qualquer outro lugar, embora ache desnecessário; que sua entrevista na rádio era sobre assunto diverso do que veio falar nesta Casa; que não tem motivo para não ter coragem e que não falaria a asneira de que a Câmara deveria construir setor industrial, vez que Câmara não constrói; que pode até ter dito que a Câmara deveria debater sobre esse assunto; que não é analfabeto político; que não fala nada com desconhecimento; que foi comerciante por anos, que já trabalhou como bóia-fria, como frentista em posto de gasolina; que toda vida foi “quebrado” por ser pobre e honesto; que se dedicou por mais de 30 (trinta) anos à vida pública; e que se o vereador Paulo Roberto quiser poderia debater sobre os projetos sócias que implantou ao longo desses anos. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que o Secretário mencionou que ele trouxe “merreca” para o município quando na verdade trouxe R\$ 3.000.000,00 (três milhões). O Secretário Alcides Dornelas dos Santos disse que o vereador Paulo Roberto estava indo para o lado pessoal; que terão oportunidade de debater com responsabilidade e sem rancores; que bom ou ruim tem uma história no nosso município; que poderia estar fazendo como vereador, criticando e “jogando pedras”; que quando fazia oposição citava a solução dos problemas; que gostaria de, na medida do possível, ouvir sugestões; que ficava feliz por ter sido citado somente o fato referente à sua nora como desabonador de sua

pessoa nesses anos todos da vida pública; e que não gostaria de partir para o lado pessoal. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que gostaria de saber sobre a fiscalização dos coletivos, que andam “abarroçados” com pessoas em pé e sem cinto de segurança, já que o povo tem sido penalizado no trânsito por estar sem o cinto ou usando o celular; e que também lhe questionam se os caminhões do SEASPA, que andam sempre com pessoas na carroceria, estão sendo multados. O Sr. Presidente disse que lhe questionaram o motivo da sinalização em tamanho grande na porta de alguns comércios e na frente dos pontos de coletivo. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que o vereador Paulo Roberto, em relação à assessoria de gabinete, estava mal informado sobre as leis; que o art. 26 da LC nº 50, onde consta que o ato de nomeação e exoneração será precedido por convocação do vereador; que o vereador ao pedir informações queria saber sobre algo pessoal; que a Ata diz que os agentes de trânsito se acaso não fiscalizarem adequadamente podem ser penalizados; que o próprio vereador estava julgando as ações dos fiscais; que gostaria que vereador observasse o que a lei diz quando falar algo; que cabe a ele responder sobre as atribuições de seus assessores, não à Secretaria de Segurança Pública; e que gostaria que o vereador entendesse que o Requerimento de Informações dele não diz respeito à assessoria e que o assunto não poderia ser alterado. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que comentou sim sobre a assessoria do vereador Roberto Margari; que a mencionada assessora nunca veio trabalhar nesta Casa; que talvez nem tenha vindo assinar o contrato; que só falou isso; que não foi ele quem disse para o vereador manda-la embora, foi a promotora; que o vereador Margari queria “dar uma de santo”; que o que falou foi sobre a assessora nunca ter vindo trabalhar; e que a convocação do Secretário foi para que ele desse explicações sobre o trânsito. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que tudo sobre seu gabinete está no Portal da Transparência, sendo público; que o art. 24 da LC 50 diz que as atribuições são fixadas pelo vereador. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) questionou se dentre as atribuições de sua assessora estava ela ficar em casa. O Sr. Presidente disse que se os vereadores não fizessem as perguntas encerraria a reunião. O Sr. Ver. Florivaldo José de Souza (Valtinho) disse que sugeriu o convite ao Secretário a fim de que fosse esclarecidos alguns pontos e o assunto não fosse mais recorrente nesta Casa; parabenizou o Secretário pelo trabalho frente à Secretaria de Segurança, Trânsito e Transporte; disse que o trabalho pode ser visto por todos; questionou se durante um prazo de 60 (sessenta) dias, após a cidade estar preparada com a sinalização, os agentes poderiam realizar um trabalho educativo e não de aplicação de multas, inclusive multas antigas; que ele próprio recebeu 3 (três) multas de uma só vez. O Sr. Ver. Carlos Alberto Silva (Carlão) disse que realmente estava havendo muitas reclamações sobre as multas; que gostaria que o Sr. Secretário tomasse alguma iniciativa em relação às multas; que muitos pais de família estão perdendo suas carteiras de motorista; que muitos precisam da CNH para trabalharem; que tem conhecimento de que quem anda errado é multado; que ele mesmo recebeu 3 (três) multas somando 12 (doze) pontos em sua carteira, não tendo reclamado sobre elas; que gostaria que multas anteriores ao ano de 2017 não fossem aplicadas, sendo sim, retiradas; que melhor seria que fossem aplicadas multas somente referentes ao ano de 2018; que não é contrário a ninguém, querendo apenas auxiliar; que gostaria que as multas já aplicadas fossem revistas a fim de que as pessoas não sejam penalizadas; e que gostaria que o Secretário conversasse com os agentes para que os mesmos tivessem mais sensibilidade no trato com as

pessoas; que muitos são de outras cidades. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vítor Castro da Cruz disse que todos estão aflitos para fazerem seus questionamentos finais, mas que primeiramente seria preciso contextualizar o que tem ocorrido nos últimos dias e meses; que desde o dia em que entrou pela primeira vez dentro de uma sala de aula em 2004 ensina aos seus alunos sobre a questão do respeito para com todos; que as palavras ditas não voltam; que o mal dito sempre terá um retorno que talvez não seja bom; que os ocupantes do cargo de vereador talvez sejam as pessoas mais cobradas por todos; que as pessoas se acham acadêmicas e doutoras do facebook pensando que podem agredir os outros ali; que crê ser importante buscar um pouco de conhecimento sobre tudo; que é notória a necessidade do retorno da Zona Azul em Patrocínio; que para seu avô ir ao banco receber precisa leva-lo aos finais de semana, vez que ele não consegue andar longas distâncias e somente nestes dias é possível estacionar em frente à instituição bancária; que anteriormente teve uma discussão com o vereador Pastor Alaércio, porém uma discussão no campo das ideias, vez que são bons amigos; que os agentes de trânsito são seus colegas de trabalho também, vez que são servidores públicos; que talvez seja preciso ser estabelecido algo no sentido da formação continuadas deles; que uma moça, provavelmente sem saber de sua condição de vereador, lhe questionou certa vez na porta da escola se ele sabia quem era o proprietário de uma automóvel que estava estacionado em local indevido, porque se o mesmo não o retirasse teria de ser multado; que neste agente pôde perceber uma certa sensibilidade; que ele pessoalmente ainda não presenciou a falta de sensibilidade por parte dos agentes; que se está havendo aplicação de multas somente por prazer será preciso repensar a respeito da postura da pessoa específica que está tendo tal atitude, por não ser possível permitir que o cidadão passe por isso; que a abordagem junto à população pode ser afetuosa, vem que isso não exclui o respeito; que se sensibiliza com a causa dos fiscais; que certa vez os fiscais estavam sob o sol na porta de uma escola central, de forma tranquila, e uma senhora estacionou em local errado e “cheia de direito soltou os cachorros”; que oportunamente pôde aconselhá-la depois; que não devemos ir a extremos; que o agente pode aplicar a multa com um caráter pedagógico de forma respeitosa; que gostaria de saber se é possível a Administração Municipal decidir somente pela conscientização inicial para após certo prazo serem aplicadas as multas, como se fosse um ajuste de conduta junto à população ou se a única forma do caráter pedagógico ser aplicação da multa; que é preciso que os agentes desempenhem de forma correta o seu papel sem serem maltratados no exercício de suas funções, mas que em contrapartida a população precisa ser integralmente respeitada; e finalizou parabenizando o Secretário pelas ações já desenvolvidas. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que ficava receoso em falar, vez que ouviu o Sr. Secretário dizer em entrevista na rádio por 8 (oito) vezes que o vereador não tem conhecimento de causa; que até mesmo em relação à medicina pode dizer que real conhecimento de causa; que seu maior conhecimento é na cardiologia, que é sua especialidade; que gostaria que o Secretário dissesse ao Prefeito que ele deveria contratar pessoas com conhecimento de causa para serem colocadas nas respectivas funções; que o Prefeito encaminhou a pessoa contratada para o Setor de Compras e Licitações desta Casa e que já se passou mais de 1 (um) ano e ela ainda não conseguiu fazer nenhuma compra; que foi precisa “desviar” uma funcionária para fazer as licitações; que a mesma está ganhando sem trabalhar por não saber a função, embora não seja por má vontade; que não está nesta Casa para

exibir conhecimentos e sim para exercer humildemente o seu mandato; que mora em Patrocínio há 25 (vinte e cinco) anos e sabe que o Secretário anda pelas ruas, estando até mesmo queimado pelo sol, e que sabe que ele é trabalhador; que não é possível que ele não veja as pessoas reclamando das multas; que gostaria de saber se as pessoas de Patos de Minas e Araxá são multadas como as de Patrocínio; que embora a lei de trânsito seja a mesma o diferencial daqui é a voracidade de multar; que tem amigo que foi multado ao parar em frente a uma farmácia; que outro foi multado de madrugada ao parar em frente ao Pronto Socorro; que entende que é errado parar em local adequado para carga e descarga, mas que é desnecessário multar quando param durante a madrugada; que ouviu a entrevista na rádio do Secretário e acha que ele está se confundindo ao falar de trânsito e violência, vez que multar as pessoas não diminuirá a violência; que as pessoas estão morrendo na “bala” e não no “volante”; que o trânsito de Patrocínio não é violento e percebe isso trabalhando na UTI do hospital; que não estava defendendo o errado e o ilícito; que vê bêbados saírem de seus carros e até mesmo matando ao perderem o controle; que não é a favor disso; que nunca levou multa, embora não esteja reclamando de sua situação, mas da de pessoas que falam com ele; que são as pessoas humildes e pobres que estão sendo multadas; que não há motivos para o espaço para os ônibus pararem ser tão grande; que os ônibus estão atrasando e há funcionários tendo horas descontadas por chegarem atrasados no trabalho; que estão cobrando multas de 2012; que um amigo pagou R\$ 3.000,00 (três mil reais de multa. O Secretário Alcides Dornelas dos Santos questionou se as multas pagas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) foram referentes ao município de Patrocínio e qual data; questionou também se o amigo que foi multado na porta do Pronto Socorro foi por ter ali estacionado às 03:00 horas; se nos mandatos anteriores o vereador José de Arimatéia reclamou da atuação da Secretaria de Segurança, Trânsito e Transporte, fiscalizando a aplicação de multas e onde os recursos estavam sendo utilizados a fim de serem feitas comparações; e comentou que falar até pagaria fala, porém sem conhecimento de causa. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves confirmou que foi um enfermeiro que foi multado na porta do Pronto Socorro; disse que não sabe ao certo definir uma vez que as multas estão chegando “de cacho”, sendo até mesmo multas do ano de 2012; que provavelmente não se referem a um só mês; que no governo anterior havia muito menos, porém não sabe ao certo; que fez o Requerimento de Informações justamente para que o Secretário pudesse elucidar as dúvidas atuais; que seu interesse é saber da situação daqui para frente; que reconhece a coragem do Secretário ao vir a esta Casa, que é uma pessoa de ascendência humilde; que está falando em nome da população, que precisa se ouvida pelo Secretário; que seu interesse é conhecer a causa do problema, não provocar ou humilhar o Secretário; que gostaria de saber o motivo da Zona Azul não ter sido ainda implantada; que não foi contra o Dr. Benedito; que não foi feito o Chamamento; que houve direcionamento com irresponsabilidade para o vencedor da licitação; que deveria ter havido mais concorrência no sentido da busca pela melhor proposta. O Sr. Presidente disse que um ex-assessor da imprensa desta Casa soltou a informação referente à licitação e que foi parar no Ministério Público; que foi a primeira denúncia on line que enfrentou nesta Casa; e que o Governo sabe do que ele fala, vez que recebeu a denúncia. O Sr. Ver. Pastor Alárcio Rodrigues Luzia disse que talvez por ser novo na política, ainda adquirindo experiência, não tem o mesmo polimento dos demais colegas; que foi o primeiro a comentar nesta Casa sobre as pessoas que buscavam

em seu gabinete auxílio no que se refere às multas; que por ter sido eleito pelo povo não poderia fechar os olhos ou os ouvidos para aquilo que a população quer lhe mostrar e contar; que percebeu que o assunto referente às multas tornou-se algo particular; que para ele não é pessoal, vez que não pleiteia em seu nome; que não foge de suas obrigações, visto que assume seus erros; que quando seu cunhado foi parada em uma blitz policial foi até lá, não com intenção de “dar carteirada” no policial, mas para buscá-lo, e foi abordado com muita cautela e cordialidade; que o carro era dele, foi autuado e guinchado, e que assumiu seu erro sem criar confusões; que não trouxe a esta Casa o assunto referente às multas pela situação que acabara de contar; que antes de ser vereador é um cidadão, e que acha feio quando uma pessoa fica julgando a outra com agressões; e que se a sociedade lhe cobra ele precisa cobrar o Secretário. O Sr. Secretário Alcides Dornelas dos Santos disse que sabe da seriedade e idoneidade do Pastor Alaércio; que as pessoas que mais desrespeitam a lei não são as simples e pobres, mas o cidadão que tem uma Hilux do ano; que citou anteriormente que a lei é para todos; que se de alguma forma ofendeu o Pastor lhe pediu desculpas; e que no passado a Secretaria parecia a “casa da mãe Joana”, mas que hoje é diferente visto que tem o respeito às leis; e questionou o Pastor se a frota de automóveis dele como comerciante tem tido muitas autuações e se sim, se foram injustas. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que foram 2 (duas) autuações, uma por falta de documento do veículo e outra por veículo estacionado em local adequado para o coletivo; que pessoalmente tem apenas 1 (uma) multa; que embora saiba que a lei não dorme, gostaria de saber do Secretário até que hora e em quais dias os agentes estão trabalhando; que também gostaria de saber o índice de pessoas que têm contestado as multas; que um senhor de 70 (setenta) anos ao levar sua esposa de 65 (sessenta e cinco) no Pronto Socorro às 08:00 horas por estar passando mal, ao levá-la para dentro deixou seu carro na vaga de idoso, mas ao retornar soube que um agente fotografou o carro e aplicou a multa; que esse senhor foi ao PS, pegou um documento para comprovação de que estava lá e foi até a SESTRAN explicar que não estava no momento com o cartão do idoso; que a questão não é particular, ou seja, pode aplicar multa nele que ele paga; que sua preocupação é com estas pessoas que passam por dificuldades; que a maioria dos cidadãos patrocínenses hoje tem multas; que quando falou sobre o curso de reciclagem dos agentes intencionava buscar uma solução para que os mesmos viessem a trabalhar melhor; que queria mostrar uma solução para a sociedade a fim de que a mesma não fosse tão penalizada; que muitos têm a carteira de trabalho justamente por terem CNH; que chegará a hora que mesmo tendo o dinheiro para pagar a multa a pessoa vai perder a habilitação pelos pontos na carteira e ficará desempregado; que soube que uma moça chamada Wanda anotou a placa de um carro que estava estacionado em local errado e levou para o agente aplicar a multa; que o proprietário desse carro é o Luciano, genro da Dra. Neusa; que se não tivesse sido feito um “auê” essa multa não teria sido retirada; que do jeito que está se a pessoa tem um carro de vidro escuro e está com os vidros fechados pelo ar-condicionado e o agente acha que o condutor está usando o celular, mesmo que não esteja, vai aplicar a multa; que gostaria de saber do Secretário das multas contestadas quantas são julgadas procedentes, ou seja, a favor do condutor; que não retira a glória do Secretário, que foi um vereador brilhante e que hoje está licenciado; que como o Secretário é um conhecedor de causas esta Casa precisa dele aqui exercendo o papel de vereador, até mesmo para que os demais se espelhem nele; que 737

(setecentas e trinta e sete) pessoas lhe confiaram o voto para que ele se sentasse em uma daquelas cadeiras; e que estas pessoas acreditaram no trabalho dele como vereador, não para ocupar alguma Secretaria. O Sr. Ver. Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) disse procurou o Major Nestor e o Secretário pela abordagem feita pelo policial quando seu carro foi guinchado; que não havia se identificado como vereador, o que ficou registrado porque o policial perguntou qual era sua função; que o Tenente Coronel lhe procurou pessoalmente dizendo que irei rever a situação, vez que a intenção do policial não foi somente guinchar o carro, uma vez que ele tirou fotos e deu publicidade ao fato; que a Polícia Militar em um grupo onde eles estavam comemorando a apreensão de veículo de 2 (dois) vereadores; que buscou o Secretário somente para que o ajudasse a fazer “coro” para que isso não ocorresse novamente, e para que fosse considerada em separado a atividade da vereança por eles exercida da vida pessoal de cada um; que gostaria que o Secretário em entrevista tivesse sido citado o nome dos 2 (dois) vereadores para que os demais não tivessem sido expostos; que na matéria que o Sargento Moreira deu publicidade deveria ter sido citado os nomes; que nunca solicitou a retirada da multa; que já tinha dado esse assunto por encerrado até que o Secretário fez comentários na entrevista; que a PM muitas vezes faz abordagens inadequadas; e que na oportunidade ele estava no Corolla do vereador Panxita, logo, provavelmente, não devem achar normal um negro dirigir um carro como esse. A Sra. Ver.^a Adriana Fátima de Paula Magalhães agradeceu o Secretário por estar nesta Casa esclarecendo as dúvidas da população, bem como pelo atendimento à sua Indicação no sentido de sinalizar adequadamente o trânsito próximo à Escola Ormi Amaral; que respeito muito o seu trabalho e a sua pessoas; que, infelizmente, há algo errado e que sua função é repassar ao Secretário o anseio da população a fim de que possam ser feitas as devidas correções; que hoje em Patrocínio há 2 (dois) temas em pauta, a saber a questão do estacionamento rotativo e a referente às multas; que gostaria de saber qual a situação atual relacionada ao estacionamento rotativo; que na rua Bernardo Guimarães, próximo à Papelaria, ao Daniel Despachante, ao Restaurante Maria Doçura, à casa do Oliveiras e do Sapiroca, onde foi colocada a Casa do Papai Noel, tem uma placa de “proibido estacionar” do lado direito; que ao observar o local percebeu que umas 4 (quatro) vagas foram perdidas nas proximidades do comércio; que gostaria de saber do Secretário o motivo pelo qual este local foi definido como local proibido para estacionar; que também gostaria de entender porquê de não poder estacionar na vaga que era reservada para a Farmácia Nossa Senhora da Aparecida, hoje desativada por ter mudado de endereço; que sua ajudante está tentando tirar sua carteira de motorista, já tendo passado somente na prova escrita, e que certo dia após andar cerca de 120 (cento e vinte) metros de forma totalmente errada na contramão no sentido da Av. Faria Pereira recebeu uma multa aplicando-lhe 7 (sete) pontos na carteira no valor de mais de R\$ 500,00 (quinhentos reais); que entende o erro da ajudante, mas que esse valor para que é assalariado é muito alto; que a moça não foi abordada por nenhum agente; que gostaria de saber do Major Nestor se o motivo da multa gravíssima foi por ela estar na contramão; que a moça questionou um agente, que lhe disse que não são retirados pontos na carteira quando a multa é municipal, e um despachante, que lhe disse o contrário; que, então, gostaria de saber do Secretário esclarecimento sobre essa situação de fato, se há ou não a retirada dos pontos; e que também gostaria de saber se fora contratado o engenheiro de trânsito, cujo pedido foi objeto de Indicação assinada por ela e pelo vereador Alexandre.

O Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho disse que os vereadores são os legítimos representante do povo e que a cobrança chega sem dia e hora; que sempre é bem recebido na Secretaria de Segurança, Trânsito e Transporte; que seus questionamentos já foram feitos por outros vereadores; que é muito importante a presença do Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal a partir de agora nas reuniões, que é um elo na relação entre o Legislativo e Executivo; que seu primeiro mandato foi no ano de 2005, tendo o Secretário Alcides Dornelas como o Presidente da Casa; que ele foi seu professor e instrutor, vez que iniciava naquele momento sua carreira política; que reconhece e cumprimenta o Secretário por tudo de positivo que a Secretaria de Trânsito tem feito; que entende a demora no atendimento de suas solicitações, respeitando o tempo de trabalho da Secretaria; que apesar do trabalho bem feito, onde houver excessos sempre haverá tempo para as devidas adaptações e para a busca de mais conhecimento; que é preciso educar e autuar com responsabilidade; que o motorista que pagou R\$ 3.000,00 (três mil reais) de multa deveria estar quieto em casa ou andando à pé, vez que deve ser irresponsável diante de tantas autuações; que gostaria de saber sobre o estacionamento rotativo, uma necessidade urgentíssima; que um comerciante observou na porta de seu estabelecimento um mesmo carro que para todos os dias na mesma vaga às 6:00 horas e sai somente às 19:00 horas; que isso corre com o cliente que não consegue parar na porta; que com certeza isso tem acontecido muito em outros locais também; e que o centro da cidade está um caos quanto à questão dos estacionamentos. Foi APROVADA a solicitação concedendo mais 30 (trinta) minutos para o prosseguimento e encerramento da reunião. O Major Nestor disse que aos 11 (onze) anos foi arrimo de família ajudando sua mãe após o falecimento de seu pai; que aos 17 (dezesete) anos se mudou para dar seguimento aos estudos; que passou fome e foi ajudados por muitos; que no ano de 1979 ingressou na Polícia Militar em Patos de Minas; que passou por 10 (dez) degraus hierárquicos na corporação; que em torno de 6 (seis) cursos e em todos eles foi o primeiro classificado no Estado de Minas Gerais; que chegou em Patrocínio em novembro do ano de 1984; que está aqui desde então; que toda a sua família foi constituída nesta cidade; que é Cidadão Patrocínense; que não é um ex-Major, mas é um Major da PM cujo título conquistado e sempre será; que desenvolveu diversas funções, mas que nunca deixou de atuar nas causas sociais; que trabalhou 30 (trinta) anos na PM e nunca respondeu a um processo em sua vida; que foi convidado para exercer a função que exerce hoje; que é grato ao Prefeito pelo oportunidade e por ter um companheiro como o Secretário Alcides, que se preocupa com a coletividade; que pegaram a Secretaria destrocada, sem nenhuma bicicleta e com somente 7 (sete) agentes de trânsito que nem uniformes tinham; que as pessoas confundiam os agentes com os funcionários da Expark; que aos poucos a Secretaria vem sendo estruturada; que hoje a equipe de agentes é extremamente preparada, uniformizada de forma digna e equipada adequadamente; que os agentes recebem um salário muito aquém do necessário por tudo que vêm sofrendo; que o agente Ricardo trabalha com prazer e vontade de servir; que como ele vários outros são graduados ou estão fazendo faculdade; que tem até um Diretor de Auto Escola; que problemas sempre haverá uma vez que a sociedade está impaciente e competitiva, principalmente no trânsito; que os agentes são pagos pela sociedade para serem disciplinadores e orientadores no trânsito; que nesse processo há necessidade de serem aplicadas as multas; que inclusive a lei os obriga a aplicar a multa, pois caso contrário incidiriam no crime de prevaricação; que não

há como falar que a pessoa está pagando por uma multa injustamente; que se houve uma falha na autuação a pessoa tem um caminho grande a percorrer; que poderá ingressar com recurso com pedido de defesa prévia na Junta Julgadora da SESTRAN, que é formada por 6 (seis) pessoas indicadas pelo Prefeito, dentre as quais 3 (três) ou 4 (quatro) são advogados; que são voluntários que querem trabalhar em benefício da sociedade, com um volume grande de processos, e que não têm ligação com a Secretaria; que se a pessoa perde esse recurso ainda há a possibilidade de recorrerem para o Estado sem custo algum; que o fato será, então, novamente analisado, logo é difícil que alguém esteja pagando uma multa injusta; que em último caso ainda há a possibilidade de se buscar a Justiça; que muito já foi bem na questão da organização da estrutura; que há uma equipe de mototáxi organizada; que hoje há uma equipe com 12 (doze) agentes devidamente preparados; que havia uma equipe de sinalização horizontal e vertical da SESTRAN quando assumiram a Secretaria formada por 3 (três) pessoas desmotivadas e sem material de trabalho, tanto que foi dada a eles férias coletivas; que hoje há um depósito cheio de material e a equipe foi aumentada em 200 % (duzentos por cento); que há autorização para aumentar ainda mais em virtude da demanda; que a sinalização do trânsito da cidade estava deteriorada; que a revitalização vem sendo feita com critérios; que inicialmente houve dificuldade na aquisição do material, vez que ele desconhecia a especificação dos produtos e equipamentos; que hoje são utilizados material de qualidade; que se fossem fazer uma licitação para contratar alguém para revitalizar a sinalização, ao invés de fazerem com a própria equipe, gastariam mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e o material não teria boa qualidade; que compreende a cobrança e pressão sofrida pelos vereadores; que não é perfeito e aprende a cada dia até hoje, apesar dos erros; que precisam do apoio desta Casa e da sociedade, vez que criticar é fácil; que emite as autuações de penalidade por ser uma função legalmente atribuída à Autoridade do Trânsito, no momento exercida por ele; que suas atribuições constam na Lei de Trânsito; que não pode responsabilizar os agentes por tal função, que é sua; que eles estão sofrendo pressão nas ruas e sendo ameaçados; que têm recebido elogios, embora não expressos nas redes sociais; que os agentes vêm trabalhando de uma forma mais ampla e ostensiva, o que tem ajudado na questão da segurança pública; que há uma integração com a PATRAN, da Polícia Militar; que nos eventos municipais são agentes que estão dando apoio nas vias públicas; que nos acidentes de trânsito os agentes são quem chegam primeiro, dando suporte e apoio à PM; que se sente triste por estarem recebendo “pedradas” e críticas; que foi autorizado o feito pela Secretaria dos adesivos das placas de trânsito, o que gerará economia para os cofres públicos; que estão placas serão padronizadas e de qualidade; que se sente gratificado ao ver o trabalho da equipe de sinalização, que está trabalhando até as 4:00 horas da manhã; que trata-se de servidores idosos e que merecem parabéns; que muitas vezes ele e o Secretário ficam com esta equipe durante os trabalhos, mas que todas as manhãs andam pelas ruas a fim de terem o olhar do condutor do veículo para verem se algo precisa ser reorganizado; que isso é o que lhe motiva; que é pela remuneração recebe por esta função, embora seja maior do que o valor que paga de IR no provento que recebe do Estado; que gosta de sua função e do grupo de trabalho em que participa; que está dando sua contribuição sem pensar no financeiro ou em qualquer outro interesse; que a fiscalização no trânsito, tanto as orientações quanto as autuações, é feita de forma ampla; que vários motoristas, inclusive da Prefeitura, do DAEP ou de

outros órgãos públicos estão sendo autuados; que tudo na sinalização do trânsito precisa seguir normas, até mesmo as cores; que cada cor e placa tem sua finalidade e local; que por isso o tamanho grande reservado para os ônibus; que antes havia somente uma placa no local de parada dos coletivos e que as pessoas paravam bem em frente a ela, restando ao motorista do ônibus parar em fila dupla; que os usuários do coletivo ficavam sem segurança; que o trabalho vem sendo feito gradativamente em valorização ao cidadão mais pobre, que é o usuário dos ônibus coletivos; que um ponto de coletivo precisa ter 35 (trinta e cinco) metros e isso tem um motivo, são 10 (dez) metros de entrada, 8 (oito) de saída e o restante é central; que há locais em que param mais de 1 (um) coletivo; que antes 1 (um) deles estacionava na parada e o outro ficava em fila dupla; que a preocupação não está sendo com a questão de vagas, mas com a segurança das pessoas e o melhor fluxo do trânsito; que o motivo de ter sido proibido o estacionamento na Rua Jacob Marra, como questionado pela vereadora Adriana, é para dar maior fluxo no trânsito, principalmente para que convergir à direita; que não congestionará o trânsito da Rua Elmiro Alves; que é impossível sinalizar a cidade e dar um prazo para que os condutores se adequem antes de recomeçar a aplicar as multas, vez que seriam omissos quanto às irregularidades no trânsito, o que poderia causar acidentes; que recentemente já teve uma campanha educativa do trânsito; que foram 3 (três) meses de campanha; que é desnecessário refazê-la; que as penalidades aplicadas nos anos de 2011 a 2016 enviadas atualmente às pessoas não é culpa da SESTRAN; que trata-se de autuações antigas que estavam no sistema da PRODEMGE, que ao ser atualizado enviou as multas para a população; que são multas antigas e de valores baixos; que a orientação é que as pessoas recorram. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) questionou se as autuações com 5 (cinco) anos caducam; argumentou que se a multa dentro de 5 (cinco) anos não for enviada à pessoa caduca automaticamente, não podendo ter sido enviada. O Major Nestor disse que a multa prescreve sim, mas que a pessoa precisa protocolar o recurso; que a multa pode pertencer até mesmo ao antigo proprietário do veículo, mas que é preciso recorrer para que ela seja cancelada em razão da prescrição; que a não ser que o condutor seja um infrator constante não há multas aplicadas nos anos de 2017 e 2018 que possam pontuar no somatório geral a penalidade de suspensão da CNH; que se alguém estiver perdendo o emprego por perda da carteira não é em razão de multas recentes, mas antigas; que há casos que realmente precisam ser analisados; que há pessoas que dizem que gostam de dirigir sem cinto e falando ao celular, assim podem até ter mais autuações em um espaço curto de tempo; que muitas vezes a pessoa perde a oportunidade de se defender; que a preocupação maior é com a redução do número de vítimas no trânsito; que desde a formatura dos agentes esse número diminuiu em 21% (vinte e um por cento); que retirar multas dos anos anteriores é ilegal; que a Secretaria, além de tratar as pessoas com respeito nas orientações, precisa cumprir a lei; que são feitas reuniões mensais com os agentes e em umas delas soube que uma equipe da SESTRAN, em trabalho próximo ao hospital onde havia várias irregularidades, entrou na recepção e pediu que anunciassem para que as pessoas saíssem e retirassem seus veículos dos locais proibidos; que isso foi iniciativa desses 2 (dois) agentes; que os agentes trabalham de forma ostensiva desde às 6:00 às 21:00 horas; que em 2017 foram aplicadas 60% (sessenta por cento) menos multas que em 2016; que no primeiro trimestre de 2018 foram aplicadas 25 (vinte e cinco por cento) menos multas que

no mesmo período de 2016; que não há indústria de multas, vez que estão trabalhando com critérios; que os erros existentes serão corrigidos, mas que não se pode generalizar todos os casos; que a legislação permite a autuação em locais abertos ao público, logo é possível multar no estacionamento dos hospitais ou faculdades; que muitas vezes os agentes são responsabilizados pela existência de multas quando também a Polícia Militar possui uma equipe que efetiva autuações; que a Polícia Civil também faz autuações quando vê irregularidades; e que tanto a PM quanto a PC estão nas ruas 24 (vinte e quatro) horas por dia e que os agentes em breve também estarão. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que se o cidadão é parado quando age errado e é autuado, tudo bem, mas que estava questionando o fato de possíveis equívocos ocorridos quando o carro, por ex., tem os vidros escuros fechados impedindo a visibilidade interna do veículo; que isso é diferente de autuações realizadas em uma blitz, onde a pessoa inquestionavelmente está errada; e que multas por uso do celular ao volante podem estar equivocadas. O Major Nestor disse que até mesmo na anotação da placa do veículo pode haver equívoco com a digitação de número diverso recaindo a multa para outra pessoa, mas que para esses casos existem os recursos; que estas situações serão analisadas; que as fotografias auxiliarão nesta análise; que se todos acompanhassem as 8 (oito) horas de trabalho dos agentes perceberiam que mais de 200 (duzentos) condutores passariam sem estar utilizando o cinto de segurança e/ou usando o aparelho celular; que o maior número de autuações são pelo fato das pessoas pararem nas vagas de idosos, deficientes ou reservadas para carga e descarga; e que a lei é clara no sentido desses atos configurarem infração de trânsito vez que há risco para a vida das outras pessoas. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia questionou sobre a quantidade de recursos que são julgados procedentes; e que uma das reclamações da população é não ser atendida na Secretaria quando vão argumentar sobre determinada autuação. O Major Nestor disse que o que não há na Secretaria é o “ajeitamento” ou o “quebragálio”; que só ele pagou 3 (três) multas esse ano; que uma delas foi por ter sido pego no radar com o veículo da PATRAN ao ir em um evento em Araxá; que outra foi por seu genro ter praticado uma infração ao conduzir veículo de sua propriedade; que no site da Prefeitura há possibilidade de visualização das Atas publicadas do que é acolhido e do que não é; que não há como dizer sobre quais recursos são para o Estado; que acredita que em torno de 15% (quinze por cento) ou 20% (vinte por cento) dos recursos são acatados; e que são não é acatado o que de fato é irregular ou inconsistente. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse ser 13% (treze) por cento. O Major Nestor disse que a pessoa ainda terá a Junta Julgadora, o Estado e até mesmo a Justiça; e que amigos ou parentes lhe procuram e ele nada pode fazer além de analisar o fato friamente, tentando ser justo, e dizer para recorrerem. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que tem fotos na mídia de veículo da SESTRAN estacionado em local proibido, inclusive com a sirene ligada, provavelmente para o agente tratar de assunto particular; que a lei deve ser para todos; que já recebeu fotos do carro particular do Secretário Alcides estacionado em vaga reservada para veículos oficiais; que de repente não tenha havido autuação porque o agente não viu; e que o cidadão que deve tem realmente que pagar a multa. O Major Nestor disse que os agentes, na hierarquia, estão acima da sinalização por serem seres humanos trabalhando em prol da sociedade e representando o município; que eles têm poder de polícia de trânsito, embora muitos questionem; que para autuarem alguma irregularidade podem parar onde quiserem, a depender do motivo, visto

que cada caso é um caso; que de repente eles podem estar parados em local indevido para dar socorro em algum acidente, onde é insensato ficar procurando por vaga; que uma das fotos que foram para a mídia foi de uma patrulha da SESTRAN parada em vaga para carga e descarga, onde ele era o motorista; que nesse caso ele foi no Julinho Pinturas levar placas para serem adesivadas; que uma parcela pequena da sociedade, normalmente os infratores, não pode ver um carro amarelo que já tira fotos; que já citou anteriormente que ele próprio já pagou multa conduzindo o carrinho amarelo; que a Secretaria tem tentado organizar a “casa” com credibilidade, não com o intuito de “passar a mão na cabeça” de ninguém; e que no trânsito as pessoas têm o hábito de julgar-se sempre o certo colocando o outro como o errado. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) argumentou se uma vez que os agentes de trânsito têm tanto poder por que não os transformarem em Guardas Municipais portando armas para “correrem” atrás de bandidos. O Major Nestor disse que é um sonho da Secretaria implantar a Guarda Municipal em Patrocínio; e que por enquanto os agentes são remunerados para exercerem a função que exercem com grandiosidade. O Sr. Ver. Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) questionou se há nas autuações algum registro que se compare ao Boletim de Ocorrência lavrado pela PM, inclusive quanto à publicidade; e que soube de uma patrulha da SESTRAN parada em local indevido na frente de uma padaria e que isso também deve ser registrado. O Major Nestor disse que tudo é relatado de forma eletrônica; que a notificação é feita; que às vezes são tiradas 5 (cinco) ou 10 (dez) fotos; que se a pessoa for parte envolvida consegue uma cópia do que foi relatado na autuação; que primeiramente é preciso verificar se a patrulha realmente parou em local indevido, por ex. no caso da padaria; que quem denuncia é que precisa provar; que os agentes são escalados para determinados setores, mas que falhas podem haver e a pessoa que as presenciar deve denunciar formalmente. O Sr. Presidente, em virtude do início de desordem, declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em vinte e sete de março de dois mil e dezoito. Andréia Côrtes Pereira Queiroz

ATA DA 8ª (OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia 3 de abril de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e cinco minutos. Foi executado o Hino de Patrocínio. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa o Delegado Regional Valter André Biscaro Salveano. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alaércio Rodrigues Luzia (Pastor Alaércio); Carlos Alberto Silva (Carlão); Joel da Silva Carvalho; Jose de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuzal Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). A Ata da 7ª (Sétima) Reunião Ordinária da 2ª (Segunda) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. Na leitura das correspondências e comunicações foi lida a justificativa de ausência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho). Foi justificado o atraso do Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz. A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu, como Líder do Governo, a inserção na Ordem do Dia, com votação em

Regime de Urgência, dos seguintes processos: Processo de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017), que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei Complementar nº 36/2018 (PLC 03/2018), que Altera o anexo II da Lei Complementar nº 61/2009, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do DAEPA, IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder Executivo do Município de Patrocínio, extinguindo o cargo de Assessor Técnico II (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 158/2018 (PL 21/2018), que Regulamenta o serviço de transporte escolar no Município de Patrocínio-MG, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); e Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018), que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal). Requerimento APROVADO por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018), que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 156/2018 (PL 19/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 68ª Corrida Nacional da Fogueira e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 157/2018 (PL 20/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 9ª Corrida do Trabalhador “Vereador João Cunha” 2018 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 158/2018 (PL 21/2018), que Regulamenta o serviço de transporte escolar no Município de Patrocínio-MG, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017), que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei Complementar nº 36/2018 (PLC 03/2018), que Altera o anexo II da Lei Complementar nº 61/2009, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do DAEPA, IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder Executivo do Município de Patrocínio, extinguindo o cargo de Assessor Técnico II (autor: Prefeito Municipal). O Sr. Presidente convocou a 4ª (Quarta) Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa - Legislatura 2017/2020 a ser realizada no dia 6 de abril às 09:00 horas para a Discussão e Votação Única dos seguintes processos: Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018), que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 156/2018 (PL 19/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 68ª Corrida Nacional da Fogueira e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 157/2018 (PL 20/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 9ª Corrida do Trabalhador “Vereador João Cunha” 2018 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei nº 158/2018 (PL 21/2018), que Regulamenta o serviço de transporte escolar no

Município de Patrocínio-MG, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017), que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal); Processo de Lei Complementar nº 36/2018 (PLC 03/2018), que Altera o anexo II da Lei Complementar nº 61/2009, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do DAEPA, IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder Executivo do Município de Patrocínio, extinguindo o cargo de Assessor Técnico II (autor: Prefeito Municipal). Convocação APROVADA por unanimidade. ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, REDAÇÃO E VOTAÇÃO. Processo de Lei nº 144/2018 (PL 10/2018), que Altera a lei nº 4.726/2014 que modifica parcialmente as leis nº 3.701/2003 e lei nº 3.751/2004, que autoriza o Poder Executivo conceder direito real de uso de imóvel de propriedade do Município e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 145/2018 (PL 11/2018), que Autoriza relocação com remanejamento de área verde nos setores que especifica e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). APROVADO por unanimidade. 1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processo de Lei nº 152/2018, que Obriga os estabelecimentos públicos e privados no Município a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências. (autores: Vereadores Thiago Malagoli e Prof. Alexandre V. Castro da Cruz). Em Regime de Urgência com requerimento já APROVADO. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 153/2018 (PL 18/2018), que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenções e firmar convênio com as entidades de representação da população rural, em especial da agricultura familiar e trabalhadores rurais e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 154/2018, que Institui no calendário municipal de eventos a semana de combate à pedofilia, e dá outras providências (autor: Vereador Thiago Malagoli). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo de Lei nº 155/2018, que Denomina de Fábio de Oliveira Campos - Macalé - a praça da saúde localizada na rotatória de acesso ao bairro cruzeiro da Serra (autor: Vereador Thiago Malagoli). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 55/2017, que Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Henrique Ferreira Franco Murta. (autor: Ver. José Roberto dos Santos). Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Foram APROVADAS em bloco, por unanimidade, as seguintes INDICAÇÕES: De autoria da Sra. Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz: nº 593/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e aos Srs. Secretários Municipais de Urbanismo e de Obras solicitando a realização de um estudo técnico a fim de que sejam instaladas guaritas nos pontos de coletivo do bairro Jardim Esplanada; nº 596/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Secretário de Saúde para que seja feita a dedetização nos bairros São Vicente, Enéas e Jardim Sul, devido à proliferação de escorpiões; e nº 597/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Secretário de Obras para que se faça um mutirão de limpeza de lotes nos bairros Santo Antônio, Santa Terezinha e São Benedito. De autoria do

Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 594/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a instituição no município do Programa REVIVER, cujo objetivo é a inserção de ex-dependentes químicos na sociedade. De autoria do Sr. Ver. Florivaldo José de Souza (Valtinho): nº 595/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando providências junto ao Secretário de Urbanismo a construção de passeios no entorno da quadra 073, em frente à Praça da Saúde do bairro Morada Nova. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 151/2018, ao jornalista Amarildo Maciel, repórter e entrevistador de televisão do Programa Minas Urgente da TV Band Triângulo pelo excelente trabalho exercido na região do Triângulo e Alto Paranaíba; e nº 152/2018, à TV Bandeirantes Triângulo, Sucursal da Emissora do Grupo Bandeirantes de Comunicação, pelo excelente trabalho de informação idônea, com isenção, transparência e verdade, por toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O Sr. Presidente comentou que ontem foi o dia mundial do autismo e que em breve será realizada a entrega, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, da Moção de Aplausos à Associação de Pais e Voluntários dos Autistas de Patrocínio - TEAcolher. GRANDE EXPEDIENTE. O Sr. Presidente disse reconhecer a importância da segurança pública; e que gostaria de saber como está o posicionamento em relação à Festa da Cidade que se inicia amanhã da Polícia Militar e Civil, bem como se há algo que esta Casa possa auxiliar. O Delegado Regional Valter André Biscaro Salveano disse que assumiu a Delegacia Regional no dia 20 de fevereiro de 2018 e que desde então tem se empenhado em resolver os problemas que se deparou quanto à segurança pública e prestação de serviços junto à sociedade de Patrocínio e região; que em relação à prestação de serviços foi obtido junto ao Governo de Minas Gerais a organização do Setor de Planejamento com o agendamento para o feitiço das carteiras de identidade, eliminando as filas que existiam desde às 03:00 horas visto que as pessoas vão à delegacia com dia e horário predeterminados; que também conseguiu junto ao Detran/MG que as vistorias dos veículos fossem agendadas viabilizando agilidade nos serviços; que na região há um baixo efetivo da Polícia Civil para que seja implantada de fato uma investigação eficaz visando descobrir o que tem feito o índice de criminalidade do município se elevar tanto, mas que tem conseguido melhorias administrativas com o apoio tanto da Executivo quanto do Legislativo com a cessão de profissionais; que em relação à área criminal está tentando conseguir junto ao Chefe do Departamento de Patos de Minas um realocamento de alguns delegados e investigadores; que se colocava à disposição de todos desta Casa de Leis; que dentro do possível esclareceria dúvidas quanto às investigações em andamento; que a maioria dos homicídios ocorridos desde o início deste ano estão sendo solucionados, embora alguns estejam com sigilo nas investigações; que precisa de mais pessoal para que possa investigar a fundo os crimes, principalmente os referentes ao tráfico de drogas; que a polícia sabe quais são os criminosos e onde se encontram, porém necessita de mais investigadores e delegados para realmente mexer na estrutura do tráfico de drogas; que assim a criminalidade diminuirá, vez que a maioria dos crimes têm ligação com o tráfico; que precisa do apoio político para que a cúpula da polícia civil tenha “olhos” para esta região; que tem a missão de reestruturar a polícia civil e que os resultados acontecerão; que há um leva de 400 (quatrocentos) investigadores que sairá da academia de polícia no mês de julho, logo este é o momentos de todos se mobilizarem na busca pelo maior número de investigadores possível; que em relação à operação do

GAECO, como questionado pelo vereador Rogério Nelis, embora tenha sido realizada antes de sua chegada em Patrocínio, houve grande impacto com a prisão de vários policiais civis, o que diminuiu consideravelmente o número de policiais ativos na região; que está tentando recompor ao esta quantidade de policiais; que está com um efetivo muito baixo de policiais e delegados; que esta operação impactou, embora tenha sido necessária para dar uma “nova cara” para a polícia civil de Patrocínio; que há uma delegada específica para tratar dos crimes de racismo e violência doméstica; que está respondendo sozinho por 10 (dez) cidades, sendo 3 (três) delegados aqui e 1 (um) em Comorandiel que trabalham em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas diárias; que na delimitação de cada área feita através de Portaria há somente um delegado específico para cada tipo de crime, porém não há efetivo para que esses profissionais se dediquem o dia todo na delegacia a fim de receberem a população e pessoalmente ouvirem as vítimas; que em relação aos crimes de furtos e roubo, como questionado pela vereadora Neusa Mendes, já tem sido feito o círculo bloqueio na região quando da ocorrência do fato, mas que aqui há muitas saídas que levam os criminosos às zonas rurais, o que dificulta o trabalho da polícia; que a grande maioria dos criminosos são de outras cidades, que vêm aqui e roubam os veículos para praticarem crimes em outros locais; que em breve a criminalidade diminuirá com a reestruturação que está sendo feita na polícia; que em relação aos crimes de menor potencial ofensivo o projeto é conseguir que os boletins sejam lavrados pela própria Polícia Militar ainda no local do crime, dispensando de imediato a vítima e o autor do fato; que isso agilizará o trabalho de ronda preventiva pela cidade por estes policiais; que buscará junto ao Ministério Público a possibilidade de um número maior de policiais militares estarem efetivamente nas ruas e não de plantão na delegacia lavrando os flagrantes; que quanto às identidades o agendamento está sendo feito no site <http://mg.gov.br/>; que as instruções de como o cidadão proceder será dada na página inicial ao clicar na opção respectiva; que conseguiu junto ao Governo a extensão do prazo dos agendamentos para até 1 (um) mês devido à grande quantidade acumulada; que continuam 20 (vinte) atendimentos por dia; que em casos de urgência está havendo encaixe nas vagas diárias quando as pessoas não comparecerem apesar de terem agendado; que para aumentar esta quantidade precisa de um maior efetivo; que os funcionários atuais são cedidos de algumas Prefeituras vizinhas; que o funcionário inicialmente precisa fazer um curso de 2 (duas) semanas em Belo Horizonte; que os serviços são realizados de segunda a quarta-feira nos horários de 8:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h; que nas sextas-feiras são feitas somente a catalogação de todas as identidades e o lançamento no sistema do que será enviado a Belo Horizonte; que em relação ao que o Poder Legislativo e Executivo podem fazer para apoiar a polícia, como questionado pelo vereador Prof. Alexandre Vitor, é preciso um engajamento político diretamente junto ao Governo Estadual a fim de se conseguir mais policiais para a região; que seria um ofício encaminhado ao Governo, ao Chefe de Polícia e/ou aos Deputados mostrando o alto índice de criminalidade e a falta efetiva de investigação em decorrência do número pequeno de funcionários, policiais e delegados nas Comarcas da região; que ele tem demonstrado isso ao Chefe do Departamento e este ao Superintendente, mas é preciso fazer isso diariamente vez que a situação precária dos recursos humanos é geral; que quem solicitar com mais intensidade poderá ser beneficiado com a designação de mais policiais no novo certame que sairá em julho; que até julho do ano de 2019 haverá um leva de delegados aprovados no concurso que está sendo realizado agora;

que é preciso mexer na estrutura financeira do alto escalão da pirâmide do tráfico de drogas com a prisão daqueles que estão financiando esse crime; que com isso será possível impedir aqueles que trabalham com o tráfico no dia a dia; que o usuário quando fica sem dinheiro começa a traficar e/ou a praticar outros delitos; que a polícia militar está prendendo somente estas pessoas, não os chefes das quadrilhas de roubo e tráfico que continuam intocáveis; que é preciso dificultar o acesso dos jovens e das crianças à droga; que o produto chega na região todos os dias e a polícia não está conseguindo impedir por não ter número suficiente de policiais e delegados trabalhando em conjunto com a Polícia Militar, que também está no seu limite de policiais; que é preciso ser designada uma equipe competente para trabalhar somente com o objetivo de dismantelar a mencionada pirâmide; que estava à disposição dos vereadores, como solicitado pela vereadora Adriana de Paula, para que juntos encaminhem ao Governo Estadual as solicitações aqui mencionadas; que realmente precisam de emendas parlamentares dos Deputados Estaduais e Federais para que seja possível a obtenção de novas viaturas, bem como a construção da sede da Delegacia Regional com um estrutura decente para receber a população e/ou a vítima dos crimes; que a estrutura física atual da Polícia Civil de Patrocínio é muito ruim; que essa precariedade advém de vários anos sem qualquer atitude por parte de alguns delegados e sem apoio político também; que a lei para os adolescentes, como questionado pelo vereador Pastor Alcécio Rodrigues, é efetiva; que é preciso haver mais Centros de Recolhimento para menores de idade; que muitos crimes por eles praticados acabam sem a prestação do Judiciário por ausência Centros ou pelo tamanho dos mesmos, que são pequenos; que nos crimes mais graves os menores são recolhidos, mas que nos crimes menos graves acaba havendo impunidade por tal motivo; que talvez a diminuição da maioridade resolva; que não há investimento na segurança pública por parte da União a mais de 20 (vinte) anos; que o aumento da criminalidade não decorre somente por causa dos menores infratores, embora eles tenham o privilégio legal de não ficarem presos, mas apreendidos por um tempo mais curto; que também a falta de investimento na educação é causa do aumento da criminalidade; que as leis brasileiras não são brandas; que o que ocorre é que a lei não está sendo aplicada adequadamente; que realmente os grandes traficantes se utilizam dos menores infratores na venda das drogas por saberem que eles ficarão menos tempo apreendidos; que, na verdade, os maiores de idades são os que mais vendem as drogas e praticam o crime de homicídio; que em alguns crimes os menores de idade podem até ter “puxado o gatilho”, mas há um maior como mandate; que os ambientes que oferecem bebida alcoólica são propícios para o cometimento de crimes, principalmente contra crimes contra a pessoa e em ambientes mais pobres; que a fiscalização e as limitações em relação aos estabelecimentos comerciais são efetivas e contribuem demais na prevenção do crime, embora cause polêmica; que em relação ao apoio político, conforme questionado pelo vereador Paulo Roberto, tanto o Legislativo Federal quanto Estadual podem colaborar através de emendas parlamentares por se tratar de segurança pública; que os 3 (três) funcionários responsáveis pela prestação dos serviços referentes às identidades são cedidos através de convênio pela municipalidade local e da região; que se esse número dobrar a delegacia consegue duplicar ou triplicar a quantidade de identidades feitas diariamente; que os cursos realizados em Belo Horizonte são disponibilizados a cada 3 (três) meses; e que qualquer pessoa que reside no Estado de Minas Gerais pode fazer

sua identidade aqui em Patrocínio. O Tenente Coronel Jabes Andrade Campos disse que de forma geral as Polícias Cíveis e Militares são órgãos do Estado que agem conforme a legalidade, não se vinculando às vontades políticas; que o cidadão pode fazer tudo o que a lei não proíbe, mas o Poder Público somente faz aquilo que a lei permite; que a ação das polícias é pautada na lei, na técnica e em parâmetros legais; que os erros existem como em qualquer outro lugar onde o ser humano está envolvido; que no ano de 2017 3 (três) militares foram excluídos, embora isso não tenha sido veiculado publicamente; que nestas instituições existe a Corregedoria que faz o “saneamento” interno; que muitas vezes a sociedade rejeita a polícia por sua atividade fiscalizadora e punitiva em relação àqueles que praticam uma infração legal; que embora as pessoas se sintam cerceadas esse é o papel da polícia; que também são odiados pelos criminosos, que atiram contra eles se voltando contra suas vidas; que apesar disso todos os dias vestem sua farda e deixam suas famílias para exercerem suas atribuições; que são suscetíveis a pressões, lesões e/ou depressões como qualquer outro cidadão; que vê muita importância quando a Casa do Povo os chama abrindo a possibilidade de se expressarem diante de todos; que quando o crime é cometido próximo à sociedade em que vivemos a sensação de insegurança e medo vem à tona; que se o crime ocorre em um ambiente imprevisível, havendo uma vítima inocente atingida, nos aflora a sensação de insegurança; que apesar disso não se pode concluir que a sociedade está entregue ao crime; que para desmistificar tal sensação apresentaria números; que desde que assumiu o Batalhão da Polícia Militar no início do ano de 2017 existiram somente 3 (três) situações de clamor público; que umas delas foi o crime de latrocínio onde menores mataram um professor; que a função da polícia não é matar os criminosos, mas investigar o fato criminoso ocorrido; que apenas são disparados tiros contra o infrator quando o mesmo oferece risco à vida de terceiros ou do próprio policial militar; que foi o acontecido recentemente, onde o policial civil de folga entreviu com sua arma particular, de forma corajosa, atingindo o jovem que na tentativa de matar um rival acabou matando um terceiro inocente; que ainda viu na mídia social pessoas criticando a ação do policial; que no Brasil tem ocorrido a exaltação do infrator e a degradação da autoridade; que nos Estados Unidos quando um policial atinge um criminoso ele é elogiado publicamente; que o infrator pratica o crime por sua própria vontade; que uma das teorias sociais do crime mais aplicada é a “Teoria do Triângulo do Crime”, onde a atividade policial tenta intervir nos 3 (três) vértices: do autor do crime, da prevenção e o da ação da vítima; que a prevenção se substancia na ostensividade, que é a ação do Poder Público através das polícias ou até mesmo de sistemas tecnológicos visando impedir a ação do infrator; que na prática não temos o Estado presente em todos os setores da sociedade, vez que existem limitações; que pela ação da vítima temos a conscientização de que seu comportamento deve minimizar os riscos, ou seja, é preciso evitar situações de risco; que pelo autor do crime há aquele que é infrator por oportunidade (por acaso) e o motivado (premeditado); que a intervenção diante deste autor se faz efetuando sua prisão; que normalmente há picos de crimes em função dos infratores motivados; que na faixa de 1% (um por cento) da população estão aqueles que causam os transtornos à sociedade; que o Ministério Público e o Judiciário locais são atuantes e firmes; que segurança pública é ter policiais nas ruas da cidade, investigação policial, denúncia, coordenação, prisão de infrator, dentre outros; que quando ocorre a progressão de regime e o indivíduo sai da prisão, este volta com a

índole semelhante à que tinha anteriormente; que o número de homicídios ocorridos no ano de 2018 não está discrepante em comparação ao mesmo período do ano de 2017; que diariamente recebe dados de incidência criminal; que a polícia tem agido efetivamente, sendo que no mês passado houve a prisão de 2 (duas) quadrilhas que estavam cometendo homicídios; que as quadrilhas estavam em confronto uma com a outra; que, apesar das prisões, a guerra no tráfico continua; que para ser efetuada a prisão do indivíduo é preciso haver um flagrante ou uma investigação que permita a coleta de elementos para que a denúncia seja oferecida e os mandados de prisão preventiva ou temporária serem emitidos; que em Patrocínio até ontem foram conduzidas, presas em flagrante pela polícia militar até a delegacia, 389 (trezentos e oitenta e nove) pessoas/adultos pela prática de crimes diversos; que nem todos foram para a Penitenciária, mas que isso demonstra a atuação constante e efetiva da PM; que em relação a adolescentes, 57 (cinquenta e sete) foram encaminhados à polícia civil pela prática de crimes diversos; que neste contexto verifica-se que os maiores de idade são os que cometem mais delitos; que em 2018 foram efetuadas 46 (quarenta e seis) prisões decorrentes de mandados; que o fato de termos uma Penitenciária na cidade também reflete no cenário da criminalidade; que dos 1.200 (mil e duzentos) presos somente 30% (trinta por cento) são daqui; que a Secretaria Municipal de Assistência Social com a saída de algum indivíduo da penitenciária o leva até a sua casa, se a residência for aqui, ou paga a passagem de ônibus até a sua cidade; que a reincidência criminal é muito grande; que a polícia atua na consequência do crime, embora a prevenção seja feita; que após a ação delituosa cabe a repressão qualificada com a identificação do indivíduo e a verificação de existência de mandado de prisão emitido; que por mais que o cerco nas saídas da cidade seja realizado muitas vezes a polícia precisa ter a sorte de se deparar com o criminoso, uma vez que a área de saída é muito ampla; que dos homicídios ocorridos em janeiro 7 (sete) criminosos foram presos em flagrante devido ao início das diligências imediatamente após o fato; que quando um policial militar comete um homicídio em serviço também é preso; que esse policial é submetido a um auto de prisão em flagrante e se não houver alguma excludente de ilicitude ele fica encarcerado; que os policiais vão em busca dos criminosos, que atiram contra eles, e ainda correm o risco de serem responsabilizados criminalmente se revidarem; que o cabo Vinícius Marques Tolentino em 2 (dois) meses já foi autuado 2 (duas) vezes por ter tido a coragem de enfrentar os criminosos; que esse cabo é um herói anônimo de nossa sociedade que todos os dias coloca sua vida em risco enquanto protege a população patrocinesense; que apesar disso os policiais nem sempre são compreendidos pela sociedade porque ao mesmo tempo em que aborda um infrator também aborda um indivíduo comum em atitude suspeita; que a atuação da PM está legalmente amparada; que a técnica policial militar empregada no Estado de Minas Gerais é amparada e embasada no que a Cruz Vermelha Internacional prega; que na PM há um ensinamento no sentido de que toda a abordagem policial deve ser precedida de segurança (para garantia da segurança do próprio infrator), surpresa (para que o infrator seja incapaz de reagir), ação vigorosa (para inibir a reação do infrator), rápida e com unidade de comando (o mesmo pensamento por todos os policiais na abordagem); que é essa técnica que minimiza o risco de um disparo acidental ou uma situação de reação física; que na região do 46º Batalhão houve uma redução de 9% (nove por cento) no número de crimes de furtos devido à

prevenção e repressão qualificada; que em Patrocínio no ano passado em um mesmo período foram 289 (duzentos e oitenta e nove) furtos e esse ano foram 300 (trezentos); que em relação ao crime violento houve uma redução de 19% (dezenove por cento) nos 10 (dez) municípios que envolvem o 46º Batalhão; que em Patrocínio essa redução foi de 4,4% (quatro inteiros e quatro décimos por cento); que o efetivo policial de nosso município por mais deficiência que possua tem trabalhado bem; que muito da sensação de insegurança é devido ao que a mídia social nacional veicula, inclusive através do whatsapp; que no mês de janeiro o número de homicídios foi preocupante, mas que ações por parte da PM e PC têm sido executadas com um compartilhamento de informações; que o combate ao crime de homicídio será com a atuação contra o tráfico de drogas com operações massificadas; que nesse ano houve um acréscimo de 24% (vinte e quatro por cento) nas prisões; que em 2017 foram 85 (oitenta e cinco) ocorrências contra o tráfico e nesse ano já foram 101 (cento e uma); que só esse ano em Patrocínio a PM apreendeu 19 (dezenove) armas de fogo, 53 (cinquenta e três) no Batalhão todo; que as denúncias anônimas feitas pela sociedade contribuem para estas apreensões; que outra atuação positiva é o cumprimento dos mandados de prisão já emitidos; que a atuação da PATRAN, que não trabalha somente na fiscalização do trânsito, também tem contribuído positivamente na apreensão de drogas e armas; que a “indústria da multa” não existe e que não há metas de aplicação de multas diárias; que feita a abordagem verifica-se que o indivíduo cometeu alguma irregularidade haverá a multa sob pena da PM cometer o crime de prevaricação se acaso não aplicá-la; que aqui existe uma grande incidência de inabilitados conduzindo veículos; que somente no 2º semestre do ano passado houve uma redução de 5% (quinze por cento) dos acidentes nas vias municipais com a atuação da PATRAN; que a SESTRAN é um grande apoiador da atividade policial; que se “passarem a mão na cabeça” de quem pratica infração conscientemente estarão contribuindo com o problema; que a Patrulha Rural, é uma referência no Estado, esse ano trabalha com 3 (três) policiais; que em Patrocínio são 5.500 (cinco mil e quinhentas) propriedades rurais cadastradas georeferenciadas (existe um código para cada uma); que o Poder Judiciário envia à PM a relação dos indivíduos que cometeram crimes contra a mulher com a penalização de limitação de distância, onde visitas são realizadas nas casas das vítimas; que também há fiscalização quanto aos indivíduos que estão em prisão domiciliar ou progressão de regime; que o cerco bloqueio já realizado quando da comunicação da prática de algum crime pode ser potencializado com o apoio financeiro através de verbas conseguidas por esta Casa para a aquisição de câmeras com OCR, um sistema de cerco eletrônico, a serem instaladas nas saídas do município; que o apoio também pode vir com a divulgação do Disque Denúncia - DDU, uma ferramenta efetiva; que nesse ano houve a evasão de 15 (quinze) policiais em virtude de concurso e/ou aposentadoria; que o efetivo precisa ser reposto a fim de que a criminalidade não tenha maior liberdade; que o Comando do Estado hoje está limitado ao que é estabelecido como prioridade ou investimento pelo Governo; que se não houver gestão em conjunto com o apoio político junto ao Governo Estadual ficaremos “esquecidos”; que a frota da PM tem uma média de 7 (sete) anos de uso e vem se desgastando, sendo algo que também pode ser pleiteado inclusive com emendas parlamentares estaduais e federais; que a prevenção criminal, além da polícia nas ruas, precisa ser feita através de trabalhos sociais junto às famílias e adolescentes nas escolas; que na hora do trabalho social poucos se interessam e se

mobilizam; que a limitação de horário nos estabelecimentos comerciais noturnos minimizou brigas e lesões, tendo sido um ponto positivo; que desde o lançamento da FENACAFÉ quando soube que seria com “portões abertos” ficou preocupado com a segurança; que foi até questionado se a PM estaria com medo; que trata-se tão somente de preocupação com a prevenção; que desde então já manteve contato com a Prefeitura e os organizadores do evento a fim de nivelar e planejar estratégias; que foram solicitados: a instalação de detectores de metal na porta do Parque, a contratação de segurança privada e o reforço policial de Patos de Minas, Monte Carmelo e Serra do Salitre; que durante os dias de festa todo o efetivo administrativo da PM estará no local das 20:00h às 05:00h; que todos que adentrarem no Parque serão revistados e que isso não é considerado constrangimento, mas prevenção; que mesmo assim ainda tem risco de acontecer algum problema; que também será feita ronda ostensiva pela cidade durante esses dias; que o Dr. Serlon, juiz da Vara Criminal, assim como expressado pelo vereador Pastor Alaércio, é uma pessoa que embora se dispensam “elogios” merece todo o nosso reconhecimento, vez que não se encontra alguém que realiza um trabalho junto à sociedade como ele; que dentro do universo dos crimes violentos ocorridos em Patrocínio, conforme questionamento do vereador Carlos Alberto, o roubo representa 84% (oitenta e quatro por cento) e se concentra mais na região central do município, onde a concentração de vítimas em potencial é maior; que o crime de homicídio se concentra mais nas periferias, onde o tráfico de drogas é mais incidente; respondendo ao questionamento do vereador Paulo Roberto, que existe um número ideal de 1 (um) policial para cada 400 (quatrocentas) pessoas, aceitável até 600 (seiscentas), mas que é um número relativo; e que considerando a quantidade de pessoas que se espera para a festa, ou seja 20.000 (vinte mil), a proporção de policiais que farão a segurança dentro do Parque é aceitável e suficiente. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que o Tribunal Superior Eleitoral - TSE abriu o prazo do dia 3 de abril até o dia 9 de maio de 2018 para os eleitores transexuais e travestis registrarem seus nomes sociais; que o Tribunal deu a opção a eles de emitirem o título de eleitor com o nome que se autenticam perante a sociedade; que o Ministro Luiz Fux disse que o papel do Tribunal é zelar pelo respeito às diferenças e atuar para que o exercício da cidadania se dê livre de preconceitos; que já teve nesta Casa um projeto de lei referente ao “nome social” que foi rejeitado; que gostaria de demonstrar que o fato de um projeto não ser aprovado não o torna prejudicial à sociedade; que o interesse desse projeto de sua autoria era garantir direitos às pessoas, às minorias; que o Ministro Tarcísio Viêira disse que é preciso avançar conferindo amplitude máxima ao regime democrático em respeito às diversidades e individualização como expressão dos direitos fundamentais; que na oportunidade em que protocolou o referido projeto soube que alguém dizia nas igrejas que ele fazia leis contra a família patrocinese; que muitos citam o nome de Deus, mas agem com comportamentos contrários a Ele; que em reuniões realizadas com temas sobre as mulheres foram levantadas situações de constrangimento e assédio contra as mulheres; que na Delegacia da Mulher tem somente a delegada, sem ter ao menos uma faxineira; que 80% (oitenta por cento) dos fatos de violência contra a mulher ocorrem dentro de casa; que é preciso criar programas que tratam a família; que falta um Plano de Assistência Social; que o Conselho dos Direitos das Mulheres, instituído em 2002, está desativado; que soube que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é a mais tem dinheiro em caixa; que as estatísticas

são mentira e distorções de matemática, assim como as pesquisas; e que não adianta fazer somente a Semana da Mulher, por se tratar de uma luta diária durante todo o ano. A Sra. ^a Ver.^a Dr.^a Neusa Mendes disse que realmente é preciso divulgar a novidade trazida pelo TSE; que gostaria que a imprensa auxiliasse na divulgação; que trata-se de um direito do cidadão que precisa ser respeitado; que não há que se falar em ações contra a família, visto que o tema é o “respeito”; que o nome civil não será omitido nem excluído do título de eleitor; que o nome social será apenas acrescentado; que a solicitação nesse sentido não pode ser negada; que o nome social é aquele pelo qual a pessoa é conhecida diante da sociedade; que o nome civil, diferentemente, só pode ser alterado através de decisão judicial; e que, assim como o vereador José de Arimatéia, concorda que a mulher deve ser lembrada e respeitada todos os dias e por toda a sociedade. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que, embora já tenha ouvido de outras pessoas, ele nunca disse que nada sobre atitudes contra a família no que diz respeito aos transexuais e travestis; que todas as Secretarias devem ser fiscalizadas e cobradas; que por ter votado contra o projeto de lei mencionado pelo vereador José de Arimatéia não quer dizer que seja preconceituoso; que apenas tem seu modo de pensar e agir, embora não seja 100% (cento por cento) certo; que na democracia se vence pela maioria, não sendo possível dar um direito à minoria sem que esta maioria o conceda; que continua contrária ao tema, mas que nunca se utilizou da igreja para falar mal de qualquer vereador por se tratar de um local onde se ensina a palavra de Deus; que se o vereador José de Arimatéia falava sobre ele “a carapuça não serviu”; que o projeto foi rejeitado por maioria de votos; que o Bispo Dom Cláudio enviou um padre de Patos de Minas para “dar um abraço” aos que foram contrários ao projeto; que não há o meio termo e que não dá para a pessoa “ficar em cima do muro”; que é cristão evangélico, tendo a bíblia sagrada como sua fé e prática e que onde estiver assim se expressará; que apesar disso não desrespeitará o direito de ninguém; e que sua voz não será tirada para dar direito aos outros; que não é preconceituoso nem intolerante. O Sr. Ver. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que se o termo “em cima do muro” foi direcionado a ele o vereador Pastor Alaércio perdeu o tempo dele; que no dia da votação não esteja presente por compromissos assumidos em relação ao seu mestrado; que tem respeito pelo Pastor; que é cristão apostólico romano e que frequenta a igreja todos os domingos; que todas as instituições religiosas têm acertos e erros; que todas elas cometem o preconceito ao passo que excluem certas pessoas; que não tem visto acontecer de fato o respeito pregado por muitos da sociedade; que nesta Casa muitos gostam de criticar o outro; que devemos ter mais autenticidade em nossas atitudes; que ou você é preconceituoso, sendo explícito ao dizer que não gosta de alguém pelo motivo “x”, ou respeita e fica quieto, sem ter de falar nada; e que nunca ficou “em cima do muro” em sua vida. O Sr. Ver. Pastor Alaércio disse não ter falado sobre “estar em cima do muro” para o vereador Alexandre; que apenas contou uma parábola; que toda vez que discursa alguém diz que ele é preconceituoso; que quando citou o termo “reciclagem” em relação aos agentes de trânsito sofreu preconceito; que o professor não sabe que existe a cultura linguística; e que agora ao pedir a palavra novamente ele se levanta e vai embora. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que o Prefeito teve uma atitude brilhante ao dizer para os agentes de trânsito “maneirem nas multas”; que junto com os demais vereadores conseguiram dar voz ao povo; que tal comportamento demonstra que o Poder Executivo não necessita do valor das multas para administrar a cidade;

que na semana passada um servidor da Secretaria de Trânsito lhe ameaçou de morte na rua devido às acusações feitas a ele na reunião passada; que gostaria de dizer a esse servidor chamado Márcio, que era segurança do ex-prefeito Júlio Elias e disse que ele era um vereador de bosta, que “vereador de bosta” é aquele que o contratou fazendo barganha de votos em troca de cargo na Prefeitura; que imagina quem é esse vereador; que foi eleito pelo povo e não tem nenhum cargo nesta Casa ou na Prefeitura; que o cidadão confia nele; que está aqui para defender o povo patrocinese, o patrimônio público e o servidor; que se o Márcio está fazendo algo errado devia ficar quieto; e que ele ameaçou a pessoa errada, porque não se calará. O Sr. Presidente disse que admira o vereador José de Arimatéia e o parabenizou pela publicação de seu livro; que também acompanha as notícias todos os dias, inclusive de forma on line; que em relação ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher fez em 2017 uma Indicação ao Prefeito no sentido de sua reativação; que um novo projeto de lei enviado a esta Casa reestruturou o referido Conselho; que tanto o Prefeito quanto esta Casa fizeram sua parte; que no Instagram ele fez um relato sobre esse assunto; e que gostaria de saber o motivo do Conselho ainda não estar reativado. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em 3 de abril de dois mil e dezoito.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz

ATAS DE REUNIÕES EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia vinte de março de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às vinte e uma horas e quinze minutos. Foi executado o Hino de Patrocínio. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Sra. Ver.^a Adriana Fátima de Paula Magalhães; Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz; Carlos Alberto Silva (Carlão); Florivaldo José de Souza (Valtinho); Joel da Silva Carvalho; Dr. José de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neusa Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Foram justificadas as ausências do Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia e da Sra. Ver.^a Raquel Aparecida Rezende Morais. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL. Processo de Lei nº 143/2018 (PL 07/2018), que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (estrada de acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal). O Sr. Ver. Roberto Margari sugeriu uma Emenda Verbal para fins de retificação, vez tratar-se da Av. Ver. Manoel Carlos de Jesus - Manelico. Emenda APROVADA por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. ORDEM DO DIA. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Processo de Lei nº 146/2018 (PL 12/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de assessoramento: conselho central de patrocínio SSV, ACEI – Associação dos Centros Educacionais Infantis de Patrocínio e APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Patrocínio” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Requerimento

de votação em regime de urgência APROVADO com 13 (treze) assinaturas. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 147/2018 (PL 13/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento ao idoso: APEJ – Associação Patrocínense Eterna Juventude 3ª Idade E Centro Comunitário Padre Damião – Objetivando O Atendimento Na Área Social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Requerimento de votação em regime de urgência APROVADO com 13 (treze) assinaturas. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 148/2018 (PL 14/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento à dependentes químicos: sociedade de apoio e recuperação de dependentes químicos – AMARAVIDA e Comunidade Terapêutica Cristo Redentor – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Requerimento de votação em regime de urgência APROVADO com 13 (treze) assinaturas. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 149/2018 (PL 15/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de benefício socioassistenciais: Associação Beneficente Reverendo Saulo de Castro Ferreira – ABESCAF, União Fraterna Ensinos de Jesus, ACCAMP – Associação de Combate ao Câncer no Alto e Médio Paranaíba, Projeto de Ação Social – PAS, Clube das Acácias Luz e Humanidade, AVP – Associação de Voluntárias de Patrocínio e HJ VIVER – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Requerimento de votação em regime de urgência APROVADO com 13 (treze) assinaturas. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 150/2018 (PL 16/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades de atendimento direto à criança e adolescente: Fundação Padre Eustáquio “Casa da Menina”, Lar da Criança de Patrocínio, Obras Sociais São José – OSSJ – projeto CRE-SER, Patronato Berlaar Coronel João Cândido, União Espírita Cristã “Hilton Gonçalves Dias” – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Requerimento de votação em regime de urgência APROVADO com 13 (treze) assinaturas. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 151/2018 (PL 17/2018), que dispõe sobre a autorização de dispensa do chamamento público para conceder auxílio às entidades CIAAP – Centro de Integração e Apoio ao Adolescente de Patrocínio, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Casa do Idoso Recanto São Vicente – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). Requerimento de votação em regime de urgência APROVADO com 13 (treze) assinaturas. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em vinte de março de dois mil e dezoito.

Edna Maria de Lima Silva
ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA

LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia 6 de abril de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às nove horas e dezoito minutos. Foi executado o Hino Nacional. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. José Roberto dos Santos (Salitre). Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alaércio Rodrigues Luzia (Pastor Alaércio); Florivaldo José de Souza (Valtinho); José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neusa Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Foi justificada a ausência dos Srs. Vers. Joel da Silva Carvalho, José de Arimatéia Neves, Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz e Carlos Alberto Silva (Carlão) e da Sra. Ver.ª Raquel Aparecida Rezende Moraes. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa a ex-vereadora desta Casa de Leis Greyce de Queiroz Elias. A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu, como Líder do Governo, a retirada de pauta do Processo de Lei nº 158/2018 (PL 21/2018), que Regulamenta o serviço de transporte escolar no Município de Patrocínio-MG, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal), para nova análise; bem como a inserção com votação em Regime de Urgência do Substitutivo ao Processo de Lei nº 156/2018 (PL 19/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 68ª Corrida Nacional da Fogueira e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); e a votação em Regime de Urgência dos seguintes processos: Processo de Lei nº 157/2018 (PL 20/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 9ª Corrida do Trabalhador “Vereador João Cunha” 2018 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018), que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal); e Processo de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017), que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal). Requerimento APROVADO por unanimidade. ORDEM DO DIA. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018), que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal); Requerimento de Regime de Urgência APROVADO com 9 (nove) assinaturas. Pareceres pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 156/2018 (PL 19/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 68ª Corrida Nacional da Fogueira e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Requerimento de Regime de Urgência APROVADO com 9 (nove) assinaturas. Pareceres pela tramitação com sugestão de Emenda Modificativa APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade após as alterações sugeridas pelos pareceres. Processo de Lei nº 157/2018 (PL 20/2018), que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 9ª Corrida do Trabalhador “Vereador João Cunha” 2018 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); Requerimento de Regime de Urgência APROVADO com 9 (nove) assinaturas. Pareceres pela tramitação com sugestão de Emenda Modificativa APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade após as alterações sugeridas pelos pareceres. Processo

de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017), que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal). Requerimento de Regime de Urgência APROVADO com 9 (nove) assinaturas. Pareceres pela tramitação com sugestão de Emenda Modificativa APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade após as alterações sugeridas pelos pareceres. Substitutivo ao Processo de Lei Complementar nº 36/2018 (PLC 03/2018), que Altera o anexo II da Lei Complementar nº 61/2009, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do DAEP, IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder Executivo do Município de Patrocínio, extinguindo o cargo de Assessor Técnico II (autor: Prefeito Municipal). Requerimento de Regime de Urgência APROVADO com 9 (nove) assinaturas. Pareceres pela tramitação com sugestão de Emenda Modificativa APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade após as alterações sugeridas pelos pareceres. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em seis de abril de dois mil e dezoito.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz

EDITAIS RESUMIDOS

Processo nº: 17/2018

Modalidade: Pregão Presencial - RP 8

Edital nº: 10/2018

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA A SEREM UTILIZADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, CONFORME NECESSIDADE.

A Câmara Municipal de Patrocínio torna público que no dia 24 de abril de 2018 às 14 horas, no Departamento de Compras situado na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1488, na cidade de PATROCÍNIO/MG, serão recebidas e abertas as documentações referentes ao processo acima especificado.

Cópias do Edital Completo e informações complementares serão obtidas junto à Equipe de Apoio e à Pregoeira, no endereço acima referido ou pelo telefone (34) 3515-3200 ou ainda pelo e-mail: compras@cmpatrocínio.mg.gov.br.

Patrocínio, 11 de abril de 2018.

HELENIR GONCALVES DA FONSECA LUIZ
Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Patrocínio

Processo nº: 18/2018

Modalidade: Pregão Presencial – RP 9

Edital nº: 11/2018

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS A SEREM UTILIZADOS NOS GABINETES E SETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, CONFORME NECESSIDADE.

A Câmara Municipal de Patrocínio torna público que no dia 26 de abril de 2018 às 14 horas, no Departamento de Compras situado na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1488, na cidade de PATROCÍNIO/MG, serão recebidas e abertas as documentações referentes ao processo acima especificado.

Cópias do Edital Completo e informações complementares serão obtidas junto à Equipe de Apoio e à Pregoeira, no endereço acima referido ou pelo telefone (34) 3515-3200 ou ainda pelo e-mail:

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO

Processo nº: 3675/2013

Modalidade: Tomada de preços

Partes: Câmara Municipal de Patrocínio e
INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA-
ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE
PARA REALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DOS
SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE PARA OS
ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

Valor: R\$ 19.166,66 (dezenove mil, cento e sessenta e
seis reais e sessenta e seis centavos)

Dotação:

01.01.01.00.01.031.0001.00.2001.3.3.90.39.680010
0 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Data: 27/03/2018

ALZÉBIO APARECIDO MARTINS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONVOCAÇÃO

SUBCOMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio/MG,
após tornar pública a Portaria nº 4, de 23 de janeiro de
2018, que CONSTITUI SUBCOMISSÃO TÉCNICA para a
finalidade estrita da análise e do julgamento das
propostas técnicas que serão apresentadas no

procedimento licitatório sob a modalidade Tomada de
Preços, do tipo Melhor Técnica e Preço, cujo objeto será
a contratação de agência de propaganda para prestação
de serviços de publicidade, considerando a
impossibilidade de participação do membro efetivo
Gabriel Guedes de Oliveira, CONVOCA a suplente
KARINA RUBIA CAMILO para atuar como membro
efetivo em data e hora a serem agendadas
posteriormente.

Patrocínio, 9 de abril de 2018.

Thiago Oliveira Malagoli

Presidente da Câmara Municipal

NOTA DA REDAÇÃO

Informamos que não houve a circulação do
Informativo "O Legislativo Municipal" nos dias
30/03/18 e 06/04/18.

O desenvolvimento de nosso município em pauta



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO ANEXO ALAOR RIBEIRO DE PAIVA



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATROCÍNIO

www.patrocínio.mg.leg.br

EXPEDIENTE



INFORMATIVO
**O LEGISLATIVO
MUNICIPAL**

**ÓRGÃO OFICIAL DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PATROCÍNIO**

Criado pelo Resolução 06/99,
modificado pela Resolução 04/2005
e modificado pela Resolução 63/2018
que institui o Diário Oficial Eletrônico.
Circulação Semanal.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

Praça Olímpio Garcia Brandão, 1488 - Bairro Constantino

Telefone: (34) 3515-3200 - Cep 38747-050.

Patrocínio/MG - Site: www.patrocínio.mg.leg.br

VEREADORES

Adriana Fátima de Paula Magalhães

Alaércio Rodrigues Luzia (Pastor Alaércio)

Alexandre Vitor Castro da Cruz (Professor Alexandre)

Carlos Alberto Silva (Carlão)

Florisvaldo José de Souza (Valtinho)

Joel da Silva Carvalho (Joel do Sindicato)

José de Arimatéia Neves (Dr. Ari)

José Roberto dos Santos (Salitre)

Marcilene Jacinto Queiroz

Neuza Mendes

Paulo Roberto dos Santos (Panxita)

Raquel Aparecida Rezende Moraes

Roberto Margari de Souza

Rogério Moreira Silva (Rogério Nells)

Thiago Oliveira Malagoli

MESA DIRETORA

PRESIDENTE:

Thiago Oliveira Malagoli

VICE-PRESIDENTE:

Florisvaldo José de Souza (Valtinho)

SECRETÁRIO:

Rogério Moreira Silva

TESOUREIRA:

Raquel Aparecida Rezende Moraes

REDAÇÃO/FOTOS

Assessoria de Imprensa

DIAGRAMAÇÃO

Agência Móbile4.

FALE COM A CÂMARA



34 3515-3200